

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 2 DE JUNHO DE 2015

NÚMERO 6.833

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

| | | |
|--|--|--|
| <p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p> | <p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p> | <p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 028ª Sessão Ordinária realizada em 14/04/2015 2 Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 15/04/2015 12 Ata da 003ª Sessão Extraordinária realizada em 15/04/2015 15</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL 22</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 22 Extrato 23 Portarias 23 Projetos de Lei 26</p> |
|--|--|--|

P L E N Á R I O

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Solicito ao deputado Leonel Pavan que conduza a sessão a partir de agora.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, sr.

presidente, demais membros da mesa diretora, os srs. deputados e os que acompanham esta sessão.

Antes de fazer a minha manifestação no dia de hoje, gostaria de deixar uma mensagem aos professores. Muitos estão acompanhando, inclusive, neste momento, apreensivos com relação ao desenrolar da nova proposta do plano de carreira apresentado à imprensa e também a alguns parlamentares.

Quero dizer que nós temos uma preocupação muito grande com relação a este plano de carreira. Na próxima quarta-feira, amanhã, portanto, O sindicato, que tem autonomia, delibera a continuidade ou não da greve e não nos cabe interferir neste processo de autonomia do sindicato.

Mas nós temos pedido aos deputados, e assim o fiz hoje pela manhã na CCJ, que todos se debrucem sobre o plano de carreira apresentado, estudem, analisem, para que possamos discutir com o governo efetivamente melhorias para o Magistério catarinense.

E quando falo para o Magistério catarinense, me refiro a todos os profissionais da Educação, sejam efetivos, aposentados ou contratados, de sala de aula, de fora de sala de aula. Acredito que esse debate seja fundamental para que possamos avançar. E não temos dúvidas de que só haverá avanço se de fato o governo do estado colocar novos recursos, novos investimentos na carreira do Magistério catarinense.

Então, quero deixar aqui a minha mensagem aos professores, e dizer que a nossa luta continua.

(Passa a ler)

“Bem, Eduardo Galeano é mais um imortal que estará sempre presente!

Dizia ele: Vivemos em plena cultura da aparência. O contrato de casamento importa mais que o amor. O funeral mais que o morto. As roupas mais do que o corpo e a missa mais do que Deus. Também dizia que na parede de um botequim de Madri, um cartaz avisa: Proibido cantar. Na parede do aeroporto do Rio de Janeiro, um aviso informa: É proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem, ou seja, ainda existe gente que brinca.

São destacadas frases como essas que caracterizam o espírito livre de um símbolo da literatura, do jornalismo, da esquerda e do ativismo social. Galeano foi exemplar na arte de encantar o mundo com sua crítica sagaz e com a profunda capacidade de não se resignar, entendendo a condição humana e as mazelas das quais milhares estão submetidos.

Internado desde a última sexta-feira em razão de complicações de um câncer no pulmão, o escritor uruguaio morreu nesta segunda-feira, dia 13, aos 74 anos em Montevideú. Para nós militantes, a morte de Eduardo Galeano é um momento de demarcar no histórico mais do que a perda de um ser humano fantástico e brilhante, é inscrever no tempo o tempo de uma ideia, de um exemplo, de uma esperança que irradiou para milhares

de corações a luta pela liberdade e conquistas de direitos.

Neste sentido, uso a tribuna não para destacar a morte, mas para distinguir a intensidade com que viveu Eduardo Galeano.

Nós latino-americanos, que recentemente elegemos vários governos de esquerda e progressista, nos orgulhamos e devemos a pessoas como ele que sempre acreditaram na capacidade de conquistas da independência do nosso povo, da doutrinação econômica e cultural dos países centrais, do capitalismo moderno como o dos estados Unidos e da Europa.

Rememoraremos aquele que sobreviveu ao terror e ódio das ditaduras em nosso continente sem jamais perder a ternura. Durante o golpe militar no Uruguai, em 1973, Galeano foi preso. Para fugir da cadeia exilou-se na Argentina. Em 1976, em outro golpe militar, dessa vez liderado pelo general Jorge Videla, colocou novamente sua vida em risco. O nome do escritor é colocado na lista dos esquadrões da morte, que executavam opositores ao regime. Para salvar a sua vida refugiou-se na Espanha e apenas voltaria ao Uruguai em 1985, com a redemocratização do país. Viveu em Montevidéu até a sua morte.

Uma de suas reflexões marcantes sobre o Uruguai predominantemente agrário dos idos de 1960 era de que o país 'produzia mais violência do que carne ou lã'. Uma das suas obras mais célebres está *As Veias Abertas da América Latina*, livro em que denuncia a opressão e amargura do continente e que foi traduzido para dezenas de idiomas. Anos mais tarde, com a humildade que poucos conseguem ter, afirmou que era um livro de economia política, mas à época ele não tinha o treino necessário. Se a superficialidade que ele afirma ter escrito a obra, habilmente encantou milhares, quero crer que, com maior profundidade, nossa capacidade de indignação, formulação e crítica latino-americana acompanhariam a evolução do autor.

Além de ser autor de mais de 40 obras, Eduardo Galeano também era um apaixonado por futebol, torcedor do clube Nacional, escritor de livros e artigos sobre o esporte. Costumava afirmar que, como todos os uruguaios, nasceu gritando gol e se definia como um perna de pau sem perdão.

Recebeu vários prêmios, dentre eles, o prêmio Casa de Las Américas em 1975 e 1978, e em 1993 o prêmio Aloa, promovido pelas casas editoras dinamarquesas.

A trilogia *Memória do Fogo* foi premiada pelo Ministério da Cultura do Uruguai e recebeu o American Book Award (Washington University, EUA), em 1989. Militante político histórico em seu país, Galeano escreveu o artigo intitulado *Onde as pessoas votaram contra o medo*, para celebrar a vitória de Tabaré Vázquez, primeiro presidente de esquerda eleito na história uruguaia, no qual afirma que a população de seu país finalmente usou o bom senso para parar de ser traída pelos partidos Colorado e Nacional.

Com sua intensa militância e produção intelectual, Eduardo Galeano nos deixou um legado deslumbrante que sempre resgataremos em nossas lutas, seja pela educação, justiça social, igualdade e direitos humanos.

Dizia ele: 'A utopia das nossas lutas está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.'

Para que serve então a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.'

Aos uruguaios, aos brasileiros, aos latinos americanos! Eduardo Galeano! Sempre presente."

Essa é a nossa homenagem a um grande lutador da América Latina e do povo latino americano.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o deputado Natalino Lázare, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas presentes nesta sessão, em primeiro lugar, gostaria de fazer um registro honroso a presença na Assembleia Legislativa, de um ilustre empresário de Videira, sr. Fabiano Marafon, ele que juntamente com Felipe Schuler, são proprietários do jornal de maior circulação do meio oeste de Santa Catarina, o *Folha Diário*; também cumprimentar o André Canalli, de Caçador, agropecuarista e, saudando-os saúdo a todos que estão presentes aqui nesta tarde.

Eu gostaria, sr. presidente, de enfatizar três questões que julgo importantes nesta tarde. A primeira delas é em função de uma nova doença que surgiu, que afeta os animais, especialmente os equinos, que se chama mormo. É uma doença que dá em cavalos, aparentemente descoberta em Pernambuco e não se sabe através do que veio acontecer um foco em Santa Catarina. Esse foco foi localizado no município de São Cristóvão do Sul, um dos animais que estava doente foi abatido e há apenas um animal com suspeita dessa doença contagiosa.

Por isso, a Cidasc, preventivamente, e com bom-senso cancelou todos os rodeios que estavam sendo feitos nos finais de semana, falo isso em nome da comissão de Agricultura e Política Rural.

Então, é um foco que foi localizado e, com certeza, está sendo estudado. A Cidasc está tomando as providências e aguardamos que tão logo os exames estejam concluídos e comprovem que existe apenas esse foco as demais atividades ligadas a esse setor sejam automaticamente liberadas. Por isso, temos essa convicção e certeza.

Mas, em relação a isso, realmente queria dizer que o deputado tem a função de vir aqui e fazer indicações, apresentar projetos de leis, sugestões, fiscalizar e até mesmo criticar e eu sou afeito a isso também com toda certeza, o parlamentar tem essas incumbências, mas também tem que reconhecer aquilo que de bom acontece.

Neste caso específico quero trazer aqui um elogio muito forte a Cidasc, especialmente ao Eroni Barbieri, presidente da instituição, que a pedido do ilustre deputado Moacir Sopesla, secretário de estado da Agricultura e da Pesca, esteve em um evento de leilões de animais, neste final de semana, em Fraiburgo, onde se reuniu com todos os produtores que estavam lá para esclarecer esse assunto que também estava apavorando a agropecuária da nossa região e o estado de Santa Catarina como um todo.

Ele esteve lá, cumpriu o seu papel, fez todas as explicações, mostrou quais são as medidas que estão sendo tomadas para a segurança dos pecuaristas. E, portanto, ele demonstrou exatamente a grande preocupação que a referida secretaria e a Cidasc têm com relação à pecuária.

Faço esse registro elogiando o sr. Eroni Barbieri, e o nosso governador Raimundo Colombo, porque ele está presente nesse meio tão importante, tão necessário, para o desenvolvimento da agricultura, que é também a agropecuária.

Em segundo lugar, sr. presidente, gostaria de trazer um assunto que sei que muitos dos parlamentares já trataram, que é sobre a questão do fornecimento da merenda escolar.

Fui procurado, sr. presidente, por um empresário do município de Fraiburgo que está ligado a uma grande empresa agropecuária, que produz maçãs. Ele é o presidente da Confederação Nacional dos Produtores de Maçãs e pediu que fizéssemos uma indicação no sentido de que a maçã fosse incluída no cardápio da merenda escolar.

Sei que diversos parlamentares já falaram sobre isso. O governo do estado licitou

o fortalecimento da merenda escolar para os alunos. Mas faço um apelo e esclareço o seguinte: existe a possibilidade, através das chamadas públicas que são feitas pelas secretarias de estado da Educação, para que os produtores possam oferecer os produtos de acordo com a cultura da sua região, deputado Cesar Valduga, de acordo com a sazonalidade. Por exemplo, o município de Fraiburgo está em plena safra da maçã, porque não incluir, fazer mais chamadas públicas e divulgar mais a possibilidade que o estado compre as maçãs para fornecer esta alimentação na merenda escolar? Por que, que na época da uva, do pêssego, da nectarina, da ameixa, também não se abra realmente essa chamada pública para que os alunos se alimentem?

Cada região tem a sua produção agrícola e de acordo com a sazonalidade que possa haver exatamente a participação da merenda escolar da nossa região, porque vem ao encontro daquilo que gostamos. Na região de Videira nós temos um hábito alimentar. No grande oeste, também temos outro hábito alimentar.

Então, porque trazermos produtos de São Paulo, de Minas Gerais, não sei de onde? Vamos aproveitar a produção que temos aqui no estado de Santa Catarina. Eis que temos um grande potencial, sr. presidente, a ser colocado à apreciação, que vai ao encontro do gosto das crianças, dos nossos alunos e dos nossos estudantes. E ajuda, também, evidentemente, os produtores a agregarem mais valor a sua atividade agrícola.

Faço até uma comparação romântica: a maçã é vendida em São Paulo, em Minas, em Macelió, e de repente se a maçã tivesse alma, deputado Dirceu Dresch, tivesse sentimento, ela não gostaria muito de fazer essa viagem cumprida, ela preferiria ficar lá na região de Videira, na região de Chapecó, na região de Concórdia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Natalino Lázare, cumprimento pelo seu pronunciamento, pois o tema alimentação escolar, para nós é tão caro, tão importante. Infelizmente, essa discussão já está aqui há cinco, seis anos, rolando, rolando e sempre voltamos ao mesmo patamar da dificuldade da nossa agricultura fornecer essa alimentação e os nossos alunos terem uma alimentação da nossa região, fresca, um produto de qualidade local. Como disse v.exa., esses alimentos viajam para São Paulo, depois voltam para a região, na qual poderiam ser fornecidos diretamente.

Nós precisamos achar um caminho urgente, valorizando especialmente a nossa agricultura familiar, das pequenas propriedades. Muitas pessoas querem parar de plantar fumo, mas elas têm que ter oportunidade. E esta seria uma grande oportunidade para produzirem alimentos para as crianças, muitas vezes até para a própria família.

Então me somo a sua fala, e ao seu apelo, neste tema tão importante.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Deputado Dirceu Dresch, v.exa., faz parte da comissão de Agricultura, e está convidado para tratarmos deste assunto nesta Casa de maneira mais incisiva no sentido de que isso aconteça.

Para finalizar, sr. presidente, faço também mais um registro especial. Em Videira, neste final de semana houve a abertura de um evento importantíssimo. Lá existe a chamada UVA. Não é a uva, o alimento que produz vinho, suco, etc. Uva é a União Videirense da Associação de Bairros, e eles promoveram jogos de integração entre bairros, são jogos que agregam os bairros de Videira. E isto eu nunca vi, os bairros promovendo eventos esportivos, culturais e sociais. Isso vai permitir,

sem dúvida nenhuma, integração, esporte, alegria, relacionamentos, amizades e mostra que o trabalhador do bairro, o trabalhador das periferias da cidade também tem valor, também sabem praticar esportes, precisam e devem ser valorizados.

Então, parabéns ao José de Oliveira, o presidente, ao Hilário Appel, um dos organizadores e também parabéns a toda diretoria, porque é sensacional o que fazem lá.

Quero fazer esse registro na Assembleia Legislativa, porque tiro o chapéu para pessoas com ideias espetaculares como essa que tiveram nessa cidade. E este deputado estará sempre à disposição para ajudar, para colaborar e para que o esporte seja cada vez mais um meio de integração nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado às Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. deputadas, srs. deputados, sr. presidente, deputado Mario Marcondes que preside esta sessão neste momento.

(Passa a ler.)

"Nesta última sexta-feira, participamos da assinatura da ordem de serviço para a construção e sede própria do Centro de Educação Superior da Foz de Itajaí, da Udesc, Cesfi. Este *campus* universitário foi criado em 20 de maio de 2010, através do Decreto n. 3.276, assinado por este deputado quando governador do estado, em concorrido ato realizado na sede provisória da Udesc, em Balneário Camboriú, quando centenas de pessoas participaram e viram ser concretizado um sonho de muitos anos.

A criação do Centro de Educação Superior da Foz de Itajaí, representou a consagração da luta da sociedade de Balneário Camboriú e região.

Balneário Camboriú e região certamente estão sendo altamente beneficiados que através do Movimento Voluntário Universidade Pública e Gratuita liderou a realização de um abaixo-assinado que arrecadou mais de 12 mil assinaturas solicitando a implantação de um curso superior público e gratuito na região da Amfri. Este movimento foi conduzido brilhantemente pelo meu amigo Helvion Ribeiro, um especialista em universidades do Brasil e do mundo.

O pleito inicial tornou-se realidade com a instalação do curso de Administração Pública, em dois de agosto de 2004, através do convênio entre a reitoria da Udesc e a Prefeitura de Balneário Camboriú. Para que esse convênio saísse do papel, tivemos forte atuação dos vereadores e do então prefeito Rubens Spernau que cedeu espaço no colégio municipal, o Colégio Antônio Lucio, e especialmente também tivemos a atuação decisiva do deputado e hoje conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Dado Cherem.

A partir de então a reivindicação pela criação de um *campus* autônomo financeiramente e academicamente ganhou maior amplitude pela mobilização do corpo discente, principalmente após a fundação do Centro Acadêmico de Administração Pública.

Esta entidade dos estudantes, o CAAP, em suas sucessivas gestões aglutinou o apoio maciço da comunidade acadêmica traçando como principal meta a articulação permanente entre sociedade civil, reitoria da Udesc e governo do estado, que viesse principalmente a culminar com a transformação da extensão universitária em *campus*. Destaco aqui o jovem líder Leandro Silva, o índio, que durante meu governo foi porta voz das demandas dos estudantes junto à reitoria e ao governador, e por diversas vezes o recebi em meu gabinete.

Além de ter assinado o decreto de criação do Cesfi, em 2010, enquanto governador também determinei aumento no percentual do repasse líquido do orçamento estadual para a Udesc de 2,05% para 2,10%, o que viabilizou o pleno funcionamento do 12º Centro de Educação Superior da universidade dos catarinenses.

Este aumento em 2011 representou cerca de R\$ 5 milhões a mais por ano no caixa da Udesc, valor que em 2015 passará dos R\$ 10 milhões. Portanto, com os recursos que garanti daria para implantar o *campus*, com dois cursos, e sobriariam recursos para investir em pesquisa, extensão e nos outros *campi* do interior do estado.

Destaco também que depois de muita cobrança da própria sociedade, e de briga de outros prefeitos da região que também queriam a Udesc, a prefeitura de Balneário Camboriú efetivou a doação de área de terra localizada na Avenida Lourival Cesário Pereira, Bairro Nova Esperança, para viabilizar a construção de nossa sede própria. A Udesc por sua vez comprou com recursos próprios, vinculados ao orçamento que garanti, mais 13 mil m² de terreno, por R\$ 4 milhões.

No âmbito da universidade foi aprovado o vocacionamento do novo campus, apresentado ao Consuni por comissão designada pelo então reitor Sebastião Lopes Melo, e presidida pela professora Maria Ester Menegasso, a quem coube a missão de implantar o *campus*."

A partir de 2013 as pessoas que lutaram incansavelmente retornaram para Balneário Camboriú, pessoas que realmente queriam que a Udesc fosse instalada naquele município e passaram a cobrar mais intensamente das autoridades. E, felizmente, conseguimos ter o apoio não apenas do ex-reitor Sebastião e do atual reitor Heron, por terem dado continuidade a esse pleito que apresentei para a Udesc ainda em 2002.

E como também o prefeito de Balneário de Camboriú, também deu a devida atenção. Pois não fosse essa parceria talvez tivessem problemas na instalação da Udesc. Mas em 2002, ainda quando eu era prefeito, depois como senador da República, vice e depois governador, nós não só demos sequência como concretizamos o sonho que há muito tempo era buscado.

Nós que muitas vezes aqui cobramos e agora queremos agradecer o governador Raimundo Colombo, pois apesar de não sermos da base do governo, queremos aqui reconhecer os grandes gestos do governador, e esse, sem dúvida nenhuma, é um grande gesto. Grandes quando saem do papel precisam ser mencionadas, destacadas e registradas especialmente na área da educação. Essa é uma obra que demonstra a importância do planejamento, da continuidade dos projetos, até porque a educação é uma bandeira que une a sociedade e une toda a classe política.

Ganha, Balneário Camboriú, ganha toda a região da Amfri, ganha Santa Catarina e ganha o Brasil com este novo *campus* moderno, funcional, que poderá abrigar ainda mais cursos superiores públicos e gratuitos. Esta é mais uma semente plantada, que foi plantada em meu governo e que começa a dar bons frutos. Estou orgulhoso, não apenas pela instalação e o início da obra da Udesc em Balneário Camboriú, mas pelos dois cursos que também criamos da engenharia de petróleo e de administração pública.

Parabéns a todos que lutaram por essa grande obra. Esse sonho esta se tornando uma realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de

registrar a presença do vereador Isac da Costa, do município da Penha, sempre muito atuante e que está aqui na capital para algumas ações e visita à Assembleia Legislativa no dia de hoje.

Registrar também aqui a presença do vereador Valdir Chamoski, de São Miguel d'Oeste e presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de falar sobre alguns assuntos. Primeiro, manifestar preocupação em relação ao Projeto de Lei n. 4.330, que tramita no Congresso Nacional e que diz respeito à questão a regulamentação das terceirizações. Evidente que todos os assuntos precisam ser debatidos e tratados no Congresso Nacional.

Essa ideia de regulamentar das terceirizações há muito tempo tem circulado no Congresso Nacional na forma de vários projetos de lei. Agora, a Câmara dos Deputados, através do presidente, deputado Eduardo Cunha, coloca em votação esse projeto. Há uma preocupação dos sindicatos e uma preocupação muito importante com a evolução do que pode acontecer em função da precarização da relação do trabalho.

Nós sabemos que o Brasil tem uma legislação trabalhista antiga. É preciso debater as questões trabalhistas, mas temos preocupação da maneira que isso possa evoluir. Num momento em que há certa fragilização dos trabalhadores por causa dessa dificuldade que há na relação entre o Congresso e o Executivo, o projeto pode passar de tal forma que vá realmente precarizar muito as relações trabalhistas.

A segunda questão é sobre uma proposta de emenda constitucional que estamos debatendo, e o deputado Maurício Eskudlark cumprimentou aqui o presidente da Udesc, vereador Valmir Camilo Schamoski, que hoje esteve aqui juntamente com outros vereadores para debater essa questão de uma proposta de emenda constitucional que queremos que tramite nesta Casa para ampliar de 12% para 15% a aplicação na área da saúde.

Ao invés de simplesmente apresentarmos uma proposta aqui, estamos chamando os vereadores, a Udesc, várias entidades regionais para que eles debatam nas Câmaras de Vereadores e possam utilizar de uma prerrogativa legal que tem as Câmaras de Vereadores, prevista na Constituição Estadual, art. 49, que é a possibilidade das Câmaras de Vereadores apresentarem emendas constitucionais à Constituição Estadual.

Nós estamos trabalhando juntos numa comissão, composta pela deputada Luciane Carminatti, deputado Kennedy Nunes, deputado Cesar Valduga e deputado Natalino Lázare, para apresentar uma proposta de emenda constitucional a partir das Assembleias para alterar a Constituição Federal, discutindo partilha de recurso, competência legislativa, quem sabe, federalização da educação, participação popular e mínimo de aplicação em saúde. E nós estamos discutindo com a Udesc para apresentarem por meio das Câmaras de Vereadores uma emenda constitucional para alterar a Constituição Estadual para ampliar para 15%.

Nós ouvimos na semana passada o discurso do deputado Neodi Saretta quando ele apresentou uma emenda para a educação, e a dificuldade que está tendo para que tramite na Casa, por uma série de fatores.

Então, nós pensamos, deputado Neodi Saretta, quem sabe, se for uma proposta que seja boa para toda a sociedade, que venha da Câmara de Vereadores para que no dia 30 discutirmos com os hospitais filantrópicos, com os Conselhos Municipais de Saúde para que

eles apoiem a ideia desta proposta, e que embasados no art. 49 da Constituição Estadual, que diz que mais da metade das Câmaras de Vereadores pode apresentar aqui uma emenda constitucional, que eles o façam, apresentem aqui. Isso dá força para que nós, deputados estaduais, possamos, quem sabe, convalidar essa proposta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ouço o deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Fernando Coruja, gostaria de parabenizá-lo pelo tema e me somar nessa luta.

Entendo que quando se quer elevar um percentual, obviamente terá que se apertar em alguns outros locais, mas o governo tem que definir prioridades.

Acho que essas duas áreas: saúde e educação são realmente áreas chaves, fundamentais. Quando se estabeleceu os 12% lá atrás, era o percentual talvez para o momento ideal, mas hoje é necessário realmente que aumente. E essa articulação com as Câmaras de Vereadores é uma ideia fantástica.

V.Exa. está de parabéns não só pela luta da elevação, mas pela ideia da articulação com as Câmaras de Vereadores, e queria me somar a essa luta para que possamos ter de fato uma legislação que permita aumentar os recursos para a Saúde de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte de v.exa.

E nós estamos fazendo inclusive para ampliar 0,5% ao ano. Não é para passar os 12% para 15% de imediato. Seria 0,5% ao ano, a partir de 2016 até 2021 exatamente para que o governante seja qual for o governo tenha condições de se adequar a essa situação.

O terceiro assunto que quero falar é a respeito de um projeto que deveremos estar apresentando amanhã, nesta Casa, que estou elaborando juntamente com o deputado Dalmo Claro de Oliveira. Como nós dois somos endocrinologistas, lidamos com doenças relacionadas às glândulas, e uma delas é o diabetes, ou a diabetes, pode ser usado nas duas formas. O projeto visa fazer com que em Santa Catarina, o Sistema Único de Saúde, forneça aos chamados diabéticos tipo 1, os que são insulino-dependentes, que têm necessidade de insulina.

Temos os diabéticos tipo 2, que não são insulino-dependentes. Eles podem até usar insulina, por necessidade, para controlar a sua doença, mas não são insulino-dependentes. Os diabéticos tipo 1, hoje, recebem do Sistema Único de Saúde duas insulinas, a insulina dita NPH, insulina de ação intermediária, e a insulina regular, que é uma insulina de ação rápida. Mas essas duas insulinas não são suficientes para controlar doenças, muitas vezes de crianças pequenas de um, dois, três, quatro, cinco anos. Ou, às vezes, diabéticos adolescentes, ou adultos, mas que têm uma doença mais agressiva.

Eles precisam dos chamados análogos de insulina, que são substâncias artificiais, produzidas através da cadeia de aminoácidos da insulina, e que têm ação mais prolongada, lenta. Existe uma insulina chamada Glargina, ou insulina de ação, e outras, como Detemir, longas e de ação ultrarrápida. Evidentemente que essas insulinas são produtos mais caros, mas são de absoluta necessidade.

O Ministério da Saúde e a Anvisa estão discutindo há muito tempo se vai ser fornecido ou não essas insulinas para estes pacientes. Evidente que o SUS prevê que o atendimento seja universal. Tudo deveria ser fornecido a todos. Mas todo mundo que trabalha na Saúde sabe que isso é impossível, não há, com os recursos que possui a capacidade de fornecer tudo a todos.

Então, mesmo que seja dito que há que fornecer tudo a todos, é preciso haver prioridades. Neste caso específico, nos parece prioritário fornecer estas insulinas para estas pessoas que têm diabetes tipo 1, crianças pequenas, adolescentes. Isto é um trauma muito grande para a família, e nós estamos criando a obrigação para o Sistema Único de Saúde.

Por que para o Sistema Único de Saúde? Porque há sempre uma discussão quando se cria atribuição para um órgão, dizendo que fica a secretaria Estadual de Saúde com atribuição tal, ou fica o departamento tal com atribuição tal, mas há uma compreensão de que se disser que é para o Sistema Único de Saúde, que envolve várias esferas de governo, porque o SUS não é o federal, nem estadual, nem municipal, é um sistema que envolve vários poderes, a sociedade, e se pode criar atribuições para esse sistema.

Aliás, eu fui relator, lá no Congresso Nacional, de um projeto que acabou beneficiando milhões de diabéticos no país, que fornece as chamadas fitas para realizar hemoglicoteste, aqueles testes no dedo, e obrigando também o Sistema Único de Saúde a fornecer os glicosídeos para medir e outros instrumentos.

Então, nós vamos apresentar, eu e o deputado Dalmo Claro de Oliveira de pronto este projeto e pedir apoio aos nossos colegas para que esse projeto seja aprovado nesta Casa e possamos atender esta importante demanda da população.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIN VENZON - Sr. presidente, quero, inicialmente saudar o prefeito de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, um jovem entusiasta que está comandando muito bem aquela cidade, e que está nas galerias desta Casa, nos prestigiando na tarde de hoje.

Também saudamos o vereador Julmar Marcos Zerger, e o vereador Waldir Venturi, de Itaiópolis, que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro, deputado Serafim Venzon.

Esta Presidência, de forma extraordinária, vai suspender a sessão por dez minutos para que o sr. Bruno Breithaupt, presidente da Fecomércio, possa fazer a apresentação do lançamento da 3ª Agenda Política e Legislativa, do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina. Extraordinário porque nós temos um consenso de que estas participações sejam feitas às quintas-feiras, pela manhã. No entanto, na última quinta-feira, em função da movimentação que tínhamos na Casa, ficou impossível ser feita a apresentação, fato pelo qual transferimos para esta terça-feira.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos assiste, especialmente aqueles que nos acompanham no planalto norte e cultivam a paixão pela atividade ferroviária.

(Passa a ler.)

"Na semana passada estive em Brasília para participar de uma reunião na sede do Ibama com representantes da empresa Rumo/ALL, de representantes da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres -, do DNIT, da secretaria estadual de Articulação Nacional e especialmente da AmplaNorte - Associação dos Municípios do Planalto Norte -, lá representada pelo secretário municipal de Três Barras, Cláudio Hoppe, que é o responsável pelo projeto de Trem do Contestado, que envolve a recuperação da atividade ferroviária para fins turísticos num trecho entre Três Barras e o distrito de Marcílio Dias, em Canoinhas.

Procuramos o Ibama na pessoa de seu diretor geral de Licenciamentos Ambientais Thomaz Toledo para tratar o encaminhamento da questão do licenciamento para a utilização do trecho específico de 12,6km, que se pretende explorar com a implantação do projeto do trem do Contestado.

Ocorre que a Rumo/ALL, que é a concessionária daquele trecho da malha ferroviária nacional está às voltas com um processo de licenciamento mais amplo, do trecho de 240km entre Mafra e Porto União, e precisa resolver esse licenciamento para cumprir obrigações contratuais de recuperação da ferrovia.

Na reunião, o responsável pelas relações institucionais da Rumo/ALL, Daniel Rossi chegou a aventar a possibilidade de a empresa devolver à união esse trecho, que se encontra em estado de quase total abandono, tanto é que a concessionária dispõe de apenas cinco funcionários para a manutenção de 240km de ferrovia.

A posição não é conclusiva, mas o superintendente de segurança, patrimônio e meio ambiente da Rumo/ALL, Evandro Abreu de Souza, também presente, se comprometeu com esse deputado a definir um cronograma de atividades sobre o processo que envolve esse licenciamento, ou confirmar a possível devolução do trecho de Mafra a Porto União, ou firmar um contrato operacional específico - COE, entre a AmplaNorte e a Rumo/ALL, até a definitiva solução da questão.

A AmplaNorte apresentou um laudo com 266 imagens em alta resolução para a avaliação da ANTT, DNIT e superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário - Sufer, que detalha todo o percurso pretendido.

O Consórcio do trem do Contestado, que ainda não está plenamente formalizado, também apresentou um comparativo da estrutura que pretende dispor para cuidar do trecho pretendido, com cinco homens para 12 quilômetros, mesmo número de funcionários que a Rumo/ALL conta hoje para cuidar de 240 quilômetros. Ou seja, enquanto nas condições atuais cada homem cuida mal de 48 quilômetros de ferrovia, o que se pretende é ter um colaborador para pouco mais de dois quilômetros.

Fato é que ao planalto norte interessa ver o trem do Contestado soprando seu apito e a fumaça da locomotiva a vapor dando seu ar da graça à população que aguarda essa atração, que mexe com o imaginário das pessoas.

O trem faz parte de nossa história. Eu mesmo sou filho de ferroviário e quero estar na primeira viagem desse passeio turístico entre Três Barras e o distrito de Marcílio Dias, onde meu pai foi um dos responsáveis da estação local. Há a convicção que esse trem vai operar com grande simpatia da população.

A reunião do Ibama serviu para tornar claro que se o entendimento do Rumo ALL for pela cessão do trecho dos cerca de 12km, não haverá a necessidade de qualquer licenciamento pelo órgão. Até porque esse trecho será exclusivamente catarinense e o consórcio formado pelos municípios que integram a AmplaNorte já conta com a anuência da Fundação Estadual do Meio Ambiente, a Fatma

e do Instituto Chico Mendes, o ICM-BIO para o referido projeto turístico.

De outra parte, também está encaminhado o contrato de operação de uma locomotiva a vapor e dois vagões de passageiros de luxo, considerados de primeira classe, firmado com a Associação Brasileira de Patrimônio Ferroviário, da divisão de Rio Negrinho, e há uma equipe de manutenção para o trecho já definida e pronta para entrar em ação no cuidado permanente com o percurso em que se pretende explorar a atividade turística.

Por tudo isso é que sentimos que haverá um desfecho favorável para as demandas pendentes, até porque a Rumo/ALL precisa dar uma decisão, um rumo no que pretende fazer daquela ferrovia."

Portanto, aproveito este momento para falar da história do Contestado, desta ferrovia importante do planalto norte onde nós, os municípios de Canoinhas e de Três Barras, em conjunto fizemos um projeto turístico do trem ferroviário. Estamos aguardando que a Rumo/ALL, a concessionária que tem a detenção dessa cessão, sem dúvida se manifeste.

Estivemos em Brasília na quarta-feira com estas importantes autoridades discutindo a viabilidade desse projeto turístico que começa a alavancar novos meios turísticos para desenvolvermos o planalto norte.

Também estivemos em Brasília visitando o senador Dário Berger, que fez um discurso importante sobre a nossa costa marítima brasileira apoiando sem dúvida nenhuma principalmente a região do litoral catarinense.

Um discurso importante porque mexe com várias famílias que têm as suas casas, as suas empresas na costa litoral catarinense. Estivemos lá também discutindo a parte essencial da reforma política brasileira. Reforma política, essa, que o PMDB está trazendo para o plenário do Congresso Nacional, através do seu líder Eduardo Cunha, que prometeu até o mês de maio estar pronta à reforma política.

É um passo importante? É um passo importante! Mas o passo mais importante das reformas tem que ser a reforma tributária, temos que dividir melhor o que o governo federal arrecada. Pois, se aumenta os impostos, a energia elétrica aumenta, o combustível e o dinheiro não retornam aos municípios e estados. Sendo que hoje mais de 60% da arrecadação dos impostos fica com o governo federal, nós temos consciência e queremos que haja um retorno maior da arrecadação do governo federal para os municípios. Os prefeitos estão com os pires na mão, pedindo novamente recursos para o governo federal que arrecada muito, e dá pouco retorno para a nossa saúde, educação e infraestrutura.

Por isso, queremos que a reforma tributária realmente seja verdadeira e que aconteça no Congresso Nacional, para trazer benefícios para a população, e para melhor desenvolver as atividades da saúde, da educação, da agricultura e da infraestrutura, enfim, as atividades inerentes para o crescimento do ser humano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, funcionários do Poder Judiciário, muito obrigado pela presença; professores, sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Agradeço ao deputado Maurício Eskudlark, que me cedeu parte do seu horário, até para chamar atenção, srs. deputados.

Eu fiz em 2013 um projeto de lei que visa ter um local único nos supermercados com produtos diferenciados, deputado Mario Marcondes, que preside esta sessão. O que acontece com as pessoas que não podem comer glúten, que consomem produtos com baixa lactose e as que são celíacas. Eu não sei se temos aqui hoje algumas dessas pessoas que precisam ter alimentação diferenciada? Aumentou muito o número de pessoas que precisam desse tipo de alimentação, e também a oferta deste tipo de produto.

Entendo que os supermercados devam ter em uma única prateleira, deputado Maurício Eskudlark, esses alimentos diferenciados. E eu em 2013 entrei com esse projeto de lei, e até hoje não tive a felicidade de tê-lo aprovado no estado, porque existe uma pressão muito forte do setor supermercadista em não querer a aprovação desse projeto.

Mas agora, e eu quero agradecer a colega jornalista Monique, que me trouxe um vídeo que veio do estado do Paraná, sendo que hoje essa lei igual a nossa já está em vigor no estado vizinho, deputado Rodrigo Minotto, através de uma legislação que exige que os supermercados devam ter gôndolas ou locais específicos para alimentação de baixa lactose, celíaca ou alimentos que não contenham glúten.

Então, solicito à assessoria que exiba o vídeo feito pela Assembleia Legislativa do Paraná, mostrando a lei que já está em vigor naquela estado e a importância desse tema para o estado de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Quero parabenizar o governo do Paraná, que saiu na nossa frente, pois a Assembleia Legislativa daquele estado aprovou a lei e já está em vigor. E porque nós aqui ainda não temos isso? Desde 2013, matéria de minha autoria, de igual teor, está tramitando nesta Casa, passou esse tempo todo e nada aconteceu. Pedi novamente o desarquivamento do projeto e espero que os nobres deputados possam ver isso com bons olhos. E vou pedir ao deputado José Nei Ascari, que agora é o novo relator, que não faça como os outros que engavetaram a matéria.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Não poderia deixar de apartear v.exa., porque já acompanhei as discussões deste projeto na Legislatura passada e também tenho tramitando nesta Casa um projeto que determina que os produtos que contenham lactose sejam identificados, a exemplo do que hoje já é obrigatório em relação ao glúten.

Então, acho que um projeto se soma ao outro. A iniciativa de v.exa. é muito importante, portanto, meus parabéns pela matéria.

Quero manifestar meu apoio e também colocar que nesse contexto da reivindicação da análise do seu projeto seja também incluído o projeto que apresentei, porque ali obriga a fazer a identificação do produto, até porque para o supermercado separar precisa saber quais os componentes do produto e vindo escrito na embalagem vai facilitar para todos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agradeço o aparte de v.exa. O seu projeto também é muito importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos o restante do tempo do PSD será utilizado pelo deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores que

nos acompanham nesta Casa, quero aproveitar para saudar novamente os vereadores Isac da Costa, do município de Penha e Valmir Camilo Scharnoski, presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina, entidade que teve a satisfação de presidir.

Quero fazer alguns registros principalmente a respeito do nosso município, Balneário Camboriú, pois tivemos algumas boas notícias relacionadas ao governo nos últimos dias. Recebi dois expedientes do dr. Valdir de Andrade, presidente do Conseg de Balneário Camboriú, órgão que tem uma atuação muito ativa junto à comunidade, as entidades, à classe empresarial e ao turismo. E uma das lutas do Conselho de Segurança, além do consórcio de segurança, é a questão do aumento do efetivo.

Conversamos há poucos dias, a própria Delegacia Regional atendendo lá só meio expediente. É preciso que aquilo seja revisto e que haja condições de atender em período integral, já que a atividade de delegacia é uma atividade primordial de segurança pública.

O dr. Valdir de Andrade fez vários expedientes agradecendo as entidades que lutaram para o aumento do efetivo e a Polícia Militar de Santa Catarina formou na semana que passou 362 novos policiais militares.

Os 362 novos policiais parecem bastante para um estado que tem 295 municípios, na verdade, apesar de todo o esforço é quase um policial por município. Mas, como havia uma deficiência muito grande no efetivo em Balneário Camboriú e Camboriú, dos 30 policiais formados na região, 21 policiais ficaram em Balneário Camboriú e cinco policiais ficaram em Camboriú.

Então, as duas cidades que são unidas tiveram aumentos de 26 novos policiais militares. O Conseg fez várias referências elogiosas, várias pessoas que participaram dessa luta, a nossa pessoa, mas entendo que é a nossa missão. Quero dizer que o presidente Valdir de Andrade do Conseg e o vereador Pedro Frances, tem atuado muito nessa questão da segurança, junto com os demais vereadores da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, assim como toda a comunidade merecem receber os méritos por essa melhoria. Não é uma solução, mas é um avanço, uma melhoria para a segurança pública.

Segundo assunto que gostaria de abordar e que também é muito bom para o município de Balneário Camboriú foi a assinatura da ordem de serviço para a construção da nova sede da Udesc de Balneário Camboriú, uma sede própria principalmente para o curso de Engenharia do Petróleo.

Quero agradecer ao governador Raimundo Colombo e ao reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, a Udesc, Antonio Heronaldo de Sousa, que sempre se faz presente aqui na Assembleia Legislativa, na busca de condições para que a Udesc possa atender todo o estado.

Há dois pleitos que entendia primordiais nestas questões de Balneário Camboriú, que tiveram um grande avanço. Há também a luta do município de Palmitos para ter seu curso da Udesc. Essa assinatura é uma obra com área total de dois 2.400 m². O prédio será erguido no loteamento Jardim Primavera, no nosso bairro Nova Esperança.

A Udesc investirá R\$ 4,85 milhões na nova sede Balneária o que representa uma economia de 14% em relação ao valor previsto na licitação que era de R\$ 4,7 milhões. O prédio seguirá o modelo do edifício de Engenharia Ambiental e o Centro de Ciências Agro veterinária de Lages, que já é um modelo com iluminação e aquecimento de água por luz solar, captação e reutilização de água da chuva.

Então, parabéns ao governador Raimundo Colombo e a Udesc por essa obra e por esse investimento no estado de Santa Catarina, privilegiando a nossa querida cidade de Balneário Camboriú.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Nobre deputado, parabéns pelas suas colocações, há pouco fui a tribuna e fiz o relato da Udesc, mas só para acrescentar ao seu pronunciamento, quem criou a universidade fui eu quando governador, assim como os dois cursos de engenharia de petróleo e de administração pública.

Também aumentei os recursos de R\$ 5 milhões por ano para a Udesc, e agora vai para R\$ 10 milhões neste ano. O governo lançou a pedra fundamental e nós agradecemos, mas ele deu continuidade àquilo que fizemos em 2010. Tive o apoio de todos os deputados daquela Legislatura, inclusive de v.exa., quando aprovamos o percentual de 0,5% para a Udesc.

Quero apenas cumprimentá-lo e dizer que dar sequência a boas obras é importante para Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero parabenizar o governo do estado, a reitoria e o conselho da Udesc que, na verdade, não é o governador, o conselho é o grupo que faz toda essa definição de investimentos. Claro, que se o governo não der o recurso não há como investir, e o governador Raimundo Colombo tem sido sensível nesta questão.

Então, parabeno a Udesc, principalmente os alunos, a direção, os professores que são, sim, os grandes vencedores. Ganha também Balneário Camboriú e Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, líder do PT e representante da grande Chapecó, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os servidores do Poder Judiciário que aqui se encontram e todos os professores que estão nesta luta.

(Manifestações das galerias)

Minha manifestação, no dia de hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, se refere ao Projeto de Lei da terceirização, o famigerado Projeto de Lei 4.330. E quero deixar bem claro que nossos parlamentares têm feito debate único contrário à aprovação desse PL, dos destaques que hoje estão na Câmara Federal e também deve passar pelo Senado Federal.

O que é este Projeto de Lei 4.330? A lei permite a terceirização em qualquer tipo de atividade nas empresas privadas, públicas e de economia mista, com exceção da administração pública direta, ou seja, não é possível terceirizar o Magistério e a Saúde de forma direta. Porém, o Magistério e a Saúde, no setor privado, são possíveis, sim, de terceirizar. Também as autarquias, a exemplo do Porto de São Francisco, não é possível terceirizar, assim como fundações, como a Udesc, também não.

Atualmente, a terceirização é permitida apenas para atividade-meio. Por exemplo, hoje os bancos não contratam bancários terceirizados, mas contratam pessoal da limpeza, recepção, telefonia, segurança e informática. Com a nova lei, o Banco do Brasil e os Correios podem terceirizar todo o seu quadro pessoal e abrir mão do concurso público. Portanto, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, o Bades, podem ter nessas empresas de economia mista o fim do concurso público.

O meio empresarial fala em aumento da produtividade, competitividade e modernização. Mas quem perde na prática é o trabalhador que terá o salário reduzido, pois cada empresa leva parte do dinheiro. A

terceirização então vai aprofundar as desigualdades ao permitir o pagamento de salários menores para os trabalhadores terceirizados em relação ao trabalhador efetivo para as mesmas funções e tarefas; vai legalizar a falta de comprometimento com o trabalhador; vai fragilizar as entidades sindicais e a defesa dos interesses coletivos; pode também garantir pequenos avanços nos direitos aos terceirizados, mas discrimina e desrespeita direitos já conquistados para a classe trabalhadora.

(Passa a ler)

"Para termos uma ideia, no Brasil, segundo o Dieese, entre 2010 e 2013, nas maiores operações de resgate de trabalhadores em situação análoga, quase 3.000 dos 3.500 casos envolviam terceirizados.

Na construção de edifícios, foram 75 falecimentos de terceirizados num total de 135 mortes. Nas obras de acabamento, os terceirizados foram 18 do total de 20 óbitos; nas de terraplanagem, 18 entre 19 casos; e nos serviços especializados, 30 dos 34 casos detectados.

Que preocupação as empresas que terceirizam têm com os empregadores, em aspectos como segurança e treinamento? Dados do Dieese demonstram que a rotatividade entre terceirizados é o dobro da que existe entre empregados diretos; e ainda que são inúmeros os casos de calotes em todo o país, de empresas que fecham as portas sem pagar os seus contratados.

Em Santa Catarina, segundo a pesquisa do Dieese e da CUT, realizada em 2010, de um total de quase dois milhões de trabalhadores em Santa Catarina, 27,82% (mais de 500 mil) são terceirizados. Percentual acima da média nacional de 25,5%, Santa Catarina é o segundo estado do país em percentual, atrás apenas de São Paulo (29,32% de terceirizados).

Quanto à segurança do trabalho, quatro em cada cinco acidentes de trabalho, inclusive os que resultam em mortes, envolvem funcionários terceirizados. O total de trabalhadores terceirizados afastados por acidentes é quase o dobro do total registrado entre trabalhadores contratados diretamente.

Os trabalhadores terceirizados recebem quase 30% a menos que os diretos. Quanto à jornada, trabalham em média de três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego, 2,5 anos contra seis anos, em média. A rotatividade entre os terceirizados é de 44,9%, enquanto que entre os diretos é de 22%.

E por isso que várias entidades, não só organizações sindicais, têm se posicionado unanimemente contra, como é o caso, por exemplo, de todos os ministros do Supremo Tribunal do Trabalho. Inclusive, ofício encaminhado pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho com posição unânime que diz que este PL n. 4.300 certamente provocará gravíssima lesão social de direitos trabalhistas e previdenciários no país.

A OAB também chama de enorme retrocesso. E a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho também diz que os juizes trabalhistas, que lidam com a realidade do trabalho no Brasil, sabem que a prestação de serviços terceirizados no Brasil é fonte de rebaixamento salarial e de maior incidência de acidentes de trabalho."

Quero, portanto, dizer para concluir, que diante de todas essas informações, esses dados, e diante do projeto de lei que estabelece apenas responsabilidade subsidiária sobre a contratante não solidária, se trabalha mais, nós teremos menos vagas aos trabalhadores. Ficam-se mais doentes, é mais gasto à Previdência, ao INSS e, portanto, ao nosso bolso. Se há dois patrões que serão responsáveis, tanto o contratante como o subcontratado, pela rescisão contratual, quem é que vai de fato pagar?

Então, diante de todas essas situações é que nós nos colocamos contra o

Projeto de Lei n. 4.330, e acredito que os servidores do Judiciário, os professores, também precisam ser solidários, assim como somos à luta de vocês, aos trabalhadores brasileiros.

Contra o Projeto de Lei n. 4.330!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Ainda, dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos oito minutos estão destinados ao bloco PCdoB.

Com a palavra, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores do Poder Judiciário, quero dizer que essa luta é de muitos anos e não seria diferente agora. Estamos acompanhando atentamente toda a movimentação no estado de Santa Catarina e sabemos que cerca de 6.500 servidores do Judiciário entraram em greve a partir do dia 9 de abril. Essa é uma luta justa, que reivindica o plano de cargos e salários, como também o pagamento das perdas inflacionárias no decorrer de um período extenso, como também o aumento do auxílio alimentação e o aumento do auxílio saúde e em busca do ganho real a título de antecipação do plano de cargos e salários.

Este é o momento de nos irmarmos e sermos interlocutores nas conversações e também no diálogo com o Poder Judiciário, através do presidente do Tribunal de Justiça, para que não faça a ruptura nas negociações. Neste momento o importante é o diálogo e as negociações para que a população não fique a mercê e também seja prejudicada, apesar de ser uma greve pacífica, uma greve solidária, com doação de sangue, de medula óssea, de doação de roupas, e com parte desses servidores tendo essa compreensão de manter um determinado quadro trabalhando para que outros venham se movimentar para reivindicar um direito que é desses trabalhadores.

Nesse sentido, quero dizer que 80%, dos 111 fóruns existentes em Santa Catarina, estão em greve. Então, vejo que esta Casa não pode ficar conivente na interlocução desse debate, temos que participar da mobilização e ao mesmo tempo nos colocar à disposição para que o diálogo prevaleça.

Parabéns a luta e quero dizer que faremos essa interlocução para que junto com o presidente do Tribunal de Contas, não haja ruptura, mas, sim, o diálogo com a categoria através do sindicato. Parabéns pela luta, senhores trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Os vetos, conforme decisão unânime dos srs. líderes, serão votados a partir da semana subsequente, semana que vem, quando teremos um feriado na terça-feira.

Na próxima terça-feira da outra semana, teremos a deliberação dos vetos, senão todos os que estão pendentes, mas, todos que forem possíveis serem votados, fruto de entendimento para deliberação. Não para aprovação ou rejeição, mas para deliberação, conforme têm sido conduzidos os vetos até este momento.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 217, de autoria do deputado Natalino Lázare; 218, 224 e 225, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 219, de autoria do deputado Gean Loureiro; 220, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 221 e 222, de autoria do deputado Leonel Pavan; 223, de autoria do deputado Darci de Matos; 226 e 227, de autoria do deputado Neodi Saretta; 228, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 229, 230, 231, 232, 233, 234 e 235 de autoria do deputado Patrício Destro; 236, de

autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Comunica, igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s: 228, de autoria do deputado Gean Loureiro; 229, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 232, 234 e 235, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 236, 240, 241, de autoria do deputado Leonel Pavan; 237, de autoria do deputado Mario Marcondes; 239, de autoria do deputado Gean Loureiro; 242, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 243, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 244 e 245, deputado Gabriel Ribeiro; 246, deputado Dirceu Dresch; 247, deputado Aldo Schneider.

Requerimento n. 230, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado à empresa de telefonia Vivo Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na BR-280 no trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União, com maior ênfase na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 231, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado à empresa de Telefonia Tim Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na BR-280 no trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União, com maior ênfase na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 233, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado à empresa de Telefonia Claro Celular em Santa Catarina, a regularização do sinal de celular na BR-280 no trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União, com maior ênfase na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 34, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e aos deputados federais de Santa Catarina no Congresso Nacional, manifestando repúdio à Emenda 220, apresentada pelo senador Lindbergh Farias à Emenda Provisória n. 665/14, que altera a Lei n. 7.998/90, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador e altera a Lei 10.779/03 que dispõe sobre o seguro-desemprego para o Pescador Artesanal.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, solicito a possibilidade, a pedido das deputadas do Partido dos Trabalhadores, da retirada da Moção n. 34, que trata da Emenda 220, apresentada pelo senador Lindbergh Farias à Emenda Provisória n. 665/14. Entendemos que deveríamos discutir um pouco mais o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirada a moção.

Moção n. 35, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada à presidente da República e à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apelando pela edição de ato que determine a prorrogação por mais um ano da habilitação no cadastro ambiental rural, instituído pela Lei n. 12.651, de 2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 36, de autoria do deputado Patrício Destro, a ser enviada à presidente da República e à ministra da Educação, apelando por medidas administrativas disciplinares, coibindo a cobrança de taxas abusivas pelos estabelecimentos de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 80, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao Programa Bades Cidades Juro Zero.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Em nome do PT, nós queremos comunicar a todos os servidores que já agendamos uma conversa, agora, para intermediar o diálogo e a conversação. E quero convidar os demais líderes dos partidos para que se somem a essa conversa e para que tenhamos força no debate com o Poder Judiciário.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero concordar plenamente com a sugestão do deputado Dirceu Dresch, da possibilidade dos líderes de partidos reabrirem um canal de discussão, de negociação com o TJ.

E quero deixar registrado, sr. presidente, que sobre a liderança de v.ex.a., no ano passado, e a articulação de parlamentares, nós conseguimos interagir com o governo e naquele momento o sensibilizamos e ele retirou o redutor do duodécimo dos poderes. Foi importante porque o TJ teve a possibilidade de ter mais recursos para a execução de suas tarefas e, certamente, para renumeração de seus servidores.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Inscribo para falar o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos

acompanham pelos nossos meios de comunicação. Eu há 15 dias usei a tribuna para falar sobre o DPVAT, seguro que todos os veículos automotores pagam na hora do emplacamento, que corresponde a R\$ 105,00 por carro e que no Brasil, tendo aproximadamente ou passando de cem milhões de carros, se os senhores fizerem a conta 100 milhões vezes R\$ 105,00, isso equivale a mais de R\$ 10 bilhões. E essa foi a arrecadação, ou um pouquinho mais, do DPVAT no ano passado.

E quem é o dono do DPVAT? Todo mundo acha que é o governo. Todo mundo acha que se paga mais esse tributo ao governo e depois não devolve em serviços como deveria. Na verdade, o DPVAT nós pagamos para um consórcio de seguradoras, ou seja, é um seguro como qualquer outro que nós pagamos e que se usa em caso de algum acidente de trânsito com aquele veículo. É para isso que se paga o DPVAT e isso é tão importante que é obrigatório, você é obrigado na hora do emplacamento a pagá-lo. Não é opcional, tem que pagar.

A ideia é que na hora em que a pessoa precisar pudesse usar o DPVAT, mas isso funcionou relativamente bem até 2008, até dezembro, quando o governo federal através de medida provisória disse que os hospitais não podiam mais atender diretamente o DPVAT. Eles teriam que cobrar e o beneficiário pedir a indenização para o seguro. Até aí parece que estava numa boa, mas para conseguir isso, no mínimo, o dono do DPVAT dormiu algumas noites com o presidente. Por quê? Porque essa é a grande pegada do DPVAT. Pois, primeiramente, os hospitais públicos não podem cobrar, se alguém vítima de um acidente for atendido por um hospital público, nunca vai ter um recibo, porque ninguém pode cobrar lá. Eles não têm como cobrar do DPVAT. Não têm como ser indenizados. Eles foram atendidos pelo SUS, apesar do susto, pagam aqueles valores aviltantes que todos nós conhecemos.

O estado de Santa Catarina fez um levantamento no ano passado e retrasado, que mostrou que o que o SUS paga corresponde meramente a 20% daquilo que se gastou para atender. Mas as vítimas de acidentes de trânsito são proibidas de cobrar. Ou seja, todos os pacientes são atendidos pelo SUS que vem de outra fonte. O dinheiro do DPVAT fica lá para o dono do DPVAT. Imagina-se que essa parte da lei beneficiou o DPVAT no mínimo com R\$ 260 milhões. É um bom dinheiro, deputado Silvío Dreveck, seguramente.

Outra grande pegada, é que quando o paciente é atendido em qualquer outro hospital ele tem que ser atendido particular para depois ter um recibo e uma nota da despesa. E com essa nota ir lá ao DPVAT e requerer o seu direito como era até 2008. O paciente vítima de acidente de trânsito chegava ao hospital, preenchia a documentação, se encaminhava a cobrança para o DPVAT pagar, não o SUS, e o DPVAT pagava. Mesmo que valores relativamente pequenos, mas era o DPVAT que pagava.

Agora depois da Medida Provisória n. 0451/2008 o paciente tem que chegar lá com dinheiro na carteira para pagar, por que se ele não tiver como é que vai ter o recibo? Quem é que sai de manhã com, no mínimo, R\$ 3.000,00 para pagar a sua conta médica, se por acaso se acidentar e ir ao hospital? Ninguém.

Aí o DPVAT deu mais uma pegada. Você imagina que uns R\$ 700.000.000,00 a R\$ 800.000.000,00 é lucro dessa parte? Ou seja, no ano passado dos R\$ 5.000.000,00 que o DPVAT tinha para pagar indenizações sobram de R\$ 1 bilhão para o DPVAT. Por que sobrou R\$ 1 bilhão? Porque ninguém pediu! Por que não pediram? Porque não tinham recibo na mão!

E agora os hospitais foram se especializando. Como é que o hospital faz para cobrar do DPVAT? O paciente não tem como

pagar. Como é que o hospital faz? Ou aparece um intermediário, intermediário no bom sentido, alguém que vai auxiliar, como quando vamos pagar o emplacamento do carro há uns auxiliares que ajudam a preencher, o chamado despachante. Não precisa nós termos despachante, podemos nós mesmos preencher a documentação, ir lá e pagar. Mas há um despachante para ajudar a cobrar o DPVAT. Há um despachante.

Agora ter o despachante para depois usufruir o DPVAT aí é crime. E é exatamente a impressão que estão gerando há 15 dias um jornal da minha cidade quando publicou uma matéria colocando como criminoso o paciente ou o médico que quisesse usar o DPVAT. E aqui está, olha o grupo cobra até... "Goiânia, a cidade de Goiânia"...

O Hospital de Goiânia é colocado como criminoso e sabem por quê? Porque inventou uma maneira de cobrar do seguro DPVAT os pacientes que são atendidos e que são vítimas de acidentes de trânsito. E qual seria o ideal do seguro DPVAT? Que o paciente fosse atendido pelo SUS, fosse para casa e esquecesse a conta. Afinal o DPVAT precisa ganhar R\$ 1 bilhão de lucro. Este é o detalhe.

E este tema está sendo veiculado em diversos jornais do Brasil, justamente colocando e chamando de criminosos, aquelas pessoas que fazem a intermediação para que os pacientes que são vítimas de acidentes de trânsito utilizam o seguro DPVAT. Esse intermediador é chamado de criminoso, assim como o advogado que tem escritório e ajuda o paciente, vítima de acidente de trânsito a cobrar do seguro DPVAT é chamado de criminoso. É isso que mostra as matérias dos jornais sobre esse assunto.

Por que a Medida Provisória n. 451 proibiu os hospitais de cobrarem? E agora como tem que ser feita essa cobrança? O paciente é atendido, paga o seu procedimento e com o recibo ou nota fiscal dá entrada no seguro DPVAT. É isto que o DPVAT quer. E para quê exige isso? Para que o paciente não use o seguro DPVAT, e aí sobrar dinheiro na conta do seguro e todo mundo pagar.

Por isso, sr. presidente eu quero manifestar a minha indignação com relação a essa medida provisória e que transforma quem quer usar o seguro DPVAT num criminoso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, é só para informar aos líderes dos partidos, que estará acontecendo a partir de agora, no plenarinho, uma reunião com líderes e servidores do Poder Judiciário para se tentar intermediar a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Então, fica registrado o convite da deputada Luciane Carminatti, para que os líderes partidários se possível participem desse momento de discussão com os servidores do Poder Judiciário. Nosso líder deputado Serafim Venzon, está convocado.

Com a palavra a próxima oradora inscrita sra. deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Com a desistência da sra. deputada Ana Paula Lima, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero nestes dez minutos, tratar sobre dois temas, primeiro sobre o projeto que está tramitando nesta Casa, que trata das árvores que caem sobre as redes de energia elétrica, e o outro é sobre a pauta do Congresso Nacional dos temas que estão em debate nesta Casa e que nos preocupam muito.

Sr. presidente, quero cumprimentar todas as lideranças, os trabalhadores do Poder Judiciário, os trabalhadores da educação que estão presentes neste Plenário no dia de hoje, estão organizados na perspectiva de buscar apoio desta Casa, para se construir uma política salarial, uma política de trabalho e de direitos, sejam os que trabalham no Judiciário catarinense ou na educação. Então, parabéns a todos pela mobilização, pela organização que estão construindo no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, depois de inúmeras audiências públicas, depois de várias e várias reuniões pelo estado com agricultores, empresários, em pequenos municípios, na região da fumicultura no planalto norte, no alto vale do Itajaí, no oeste catarinense com a promotória pública em várias regiões, nós chegamos à conclusão que esta Casa precisa tomar providências e aprovar um projeto que dê mais clareza e segurança para as entidades, sejam cooperativas ou a Celesc para que possa fazer o controle do plantio de árvores, principalmente o pinus e o eucalipto que têm deixado comunidades inteiras por dias sem energia elétrica em época de temporais, como aconteceu na virada do ano, quando tivemos muitos vendavais e tempestades pelo estado.

Trata-se de uma questão social, mas também econômica, pois hoje uma família que tem uma propriedade, uma comunidade ou um pequeno município não tem mais condições de ficar sem energia elétrica dias e dias, como ocorreu em várias regiões do nosso estado.

Por isso, em cima de dados, de informações, de diálogos, inclusive conversamos com o presidente da Celesc, com as cooperativas de eletrificação, que hoje fornecem 8% de energia para as residências, tomamos a decisão de fazer um projeto que delimita áreas do centro da rede para os dois lados, ou seja, 20m para cada lado. Talvez isso possa controlar a questão da plantação de pinus e eucalipto no nosso estado e não proibindo outras atividades da economia catarinense, ou seja, o plantio de grãos, de erva-mate, da suinocultura, do gado de corte, de leite e outras atividades nessas áreas.

Estamos animados, conversando muito e inúmeras audiências públicas já estão marcadas pelo estado. Estaremos em Anita Garibaldi, no alto vale do Itajaí e em outras regiões debatendo esse tema com a comunidade regional, especialmente com a nossa agricultura familiar.

O segundo tema que quero abordar desta tribuna é sobre a nossa polêmica pauta do Congresso Nacional, trazida especialmente pelo presidente Eduardo Cunha. Lamentavelmente, uma pauta que prejudica muito os trabalhadores brasileiros.

Dados comprovam que a terceirização trará um grande prejuízo para os trabalhadores. O Dieese, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT e outros órgãos fizeram uma pesquisa e trouxeram dados alarmantes. Os trabalhadores terceirizados trabalham três horas a mais por semana e recebem até um terço a menos que outros trabalhadores, especialmente em várias áreas, como por exemplo, no Banco do Brasil, e isso está comprovado.

Então, esta é uma questão que nos preocupa muito. A sociedade, os trabalhadores, os sindicatos já estão se mobilizando. Felizmente, amanhã já teremos mobilizações pelo Brasil a fora, atendendo o chamado de várias centrais sindicais. Está havendo unidade das centrais sindicais, das organizações de trabalhadores por todo Brasil. Esperamos que o Congresso Nacional reveja essa posição.

Segunda-feira, tivemos uma bela audiência pública no senado, teremos audiências públicas também na Câmara dos Deputados e esperamos que o presidente da Câmara, junto com os deputados que o elegeram presidente, possam rever essa posição e não provocar este grande prejuízo aos trabalhadores brasileiros em detrimento da

renda de empresas e empresários que estão apoiando esta iniciativa.

Outra pauta lamentável é a proposta de mudança do estatuto do desarmamento. Querem dar armas para o povo brasileiro. Nós não precisamos disso, precisamos discutir, sim, o desarmamento e o papel do estado em desarmar o bandido. É cruel quando parlamentares defendem que precisamos armar o povo e que a família possa ter até oito ou nove armas em casa. Não é por aí que vamos resolver o problema da violência, dos direitos humanos da nossa população, da nossa juventude, que hoje já está se matando pelo país a fora pela violência, mas há também os conflitos nos bairros principalmente os mais pobres e quem morre, normalmente, os dados mostram, é a juventude negra.

Então, temas como estes da redução da maioria penal; tema do problema da violência; os temas profundos da desigualdade social nesse país; quer se resolver reduzindo a maioria penal, onde lamentavelmente, o mundo do crime usa os adolescentes, usam os jovens. Reduzir de 16 anos para 14 anos? Com certeza irão usar jovens de 5, 14, 10, 12 anos e isso não resolve o problema. O Congresso Nacional precisa encarar esses sistemas profundos e ir para as causas dos problemas, e não discutir simplesmente as consequências.

Por isso, acho que é uma pauta atrasada, arcaica, que vem para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, especialmente nesses últimos dias.

O que precisamos discutir é uma reforma política que proíba essa doação, essa poupança de empresas que aplicam dinheiro nos financiamentos dos políticos para depois retirar. Isso precisa acabar!

Temos que discutir a reforma tributária, para que se distribua renda neste nosso país e seja feita a justiça social. Que as grandes fortunas sejam tributadas, que tributem as grandes heranças desse país que hoje não estão sendo tributadas justamente; que se discuta a reforma agrária; que se discuta e regulamente outros temas importantes no nosso país que ainda não estão regulamentados; que possamos avançar numa perspectiva de uma legislação anticorrupção; que avance mais ainda, como o nosso governo, a presidente Dilma Rousseff, avançou nesses últimos anos. Mas, temos que avançar numa legislação onde os corruptos que desviaram recursos devolvam esse dinheiro aos cofres públicos, e que se possa investir na saúde, educação, segurança e nas políticas sociais desse país.

Então, é isso que o Congresso Nacional precisa enfrentar, não temas tão ruins para o povo brasileiro, com tantos prejuízos para o povo brasileiro como é o tema da redução da maioria penal, assim como o tema da mudança do estatuto do desarmamento e o tema da terceirização que precariza direitos dos trabalhadores brasileiros.

Então, é isso que nós esperamos do Congresso Nacional, e que o povo brasileiro elegeu no ano passado e com certeza muitos e muitos já estão se arrependendo do seu voto que agora estão vendo que o seu deputado que garantia defender os trabalhadores na eleição, agora virou o cocho e não defendem mais os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

Então, é isso que esperamos de fato do Congresso Nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador é o sr. deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não podemos deixar de registrar nesta Casa um fato até estranho por sinal, que ocorreu na minha cidade de Balneário Camboriú.

Agora, recentemente, na semana passada, a Câmara Municipal de Balneário

Camboriú, com o apoio da bancada do PMDB e a preposição feita por um vereador do PP, aprovaram uma moção de repúdio ao governador Raimundo Colombo. O motivo, deputado Dr. Vicente Caropreso, é que há por parte do governo do estado um descaso com relação ao hospital Ruth Cardoso, que não estaria enviando recursos para a manutenção daquela casa de saúde.

Mas o que é estranho, deputado Silvio Dresch, líder do governo, é que dois dias depois o governador foi a Balneário Camboriú, e lá assinou a ordem de serviço para o início da obra da Udesc, dando continuidade àquilo que iniciamos em 2010.

E lá estava o prefeito, e o prefeito rasgou elogios ao governador na presença de quase todos os vereadores que aprovaram a moção, mas não houve unanimidade. O estranho da nota é que um dia repudiam e no outro dia aplaudem.

É importante deixar dito nesta Casa que em 2010, quando eu ainda era governador de Santa Catarina, levei um convênio para o atual prefeito garantindo R\$ 350.000,00 por mês para o hospital, por quatro anos. Isso há seis anos, e o prefeito se negou a assinar, o que daria uns R\$ 15 ou R\$ 16.

Mas agora a sua bancada faz uma nota de repúdio questionando por que o governador não destina os recursos que eles estão reivindicando? E nós sabemos das possibilidades daquilo que pode e daquilo que não pode, pois, às vezes, temos as pernas grandes, mas não podemos dar passos largos porque as calças são justas, se o passo for muito grande, rasga as calças. O fato é que botaram os pés em duas canoas, aprovaram a matéria de repúdio na Câmara, e certamente enviaram para o governador, e no outro dia o repudiado estava sendo aplaudido.

Quero só deixar este registro, pois ficamos realmente estarecidos e até envergonhados e não sabíamos o que dizer naquele momento.

Mas o que me chama a esta tribuna também é que eu e os senhores somos testemunhas, assim como está registrado nos Anais desta Casa, por meio da taquígrafia, quando dezenas de vezes, no meu pronunciamento, referi-me ao Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Quantas vezes aqui eu falei, e um dia pedi ao querido amigo, tenho uma grande admiração pelo deputado Silvio Dreveck, e lhe disse: olha, avise ao governador Raimundo Colombo, não sei se ele está me ouvindo, que se ele não licitar a obra já, daqui a pouco a presidente Dilma Rousseff passa o rodo, recolhe os recursos que existem para os estados e lá se vão os recursos do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Olha, tome cuidado! Estou avisando!

Mas eu ouvi um pronunciamento do governador Raimundo Colombo e fui obrigado a aplaudir-lo. Quero aqui enaltecê-lo pela segunda vez nesta tribuna. Tenho feito isso constantemente quando é merecido, porque ele disse que terá que iniciar a obra até junho. Se ele não iniciar a obra até junho, já há uma normativa do governo federal, e os recursos do estado se vão. Ou inicia-se a obra até junho ou não vêm mais recursos, e lá tem R\$ 55 milhões.

Quero deixar registrado também que em virtude de ter exercido vários cargos na minha vida pública, sempre há uma pequena participação minha. Fomos nós que abrimos a janela quando éramos senador da República com R\$ 5 milhões, e hoje existem R\$ 55 milhões para o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, e disse: vou ter que iniciar, se não iniciar, corremos o risco de perder os recursos. Vindo do governador, tenho certeza absoluta de que essa obra terá início até junho.

Então, quero aqui deixar registrado que esta preocupação do governador Raimundo Colombo tem sido a nossa constantemente. Eu tenho sido chato aqui dentro, quando uso a tribuna já dizem que lá vem o Pavan falar de

novo do centro de eventos de Balneário Camboriú. Mas eu sou daqueles que acredita que água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Eu fui prefeito e sei a importância do Executivo, porque eu fui governador, sei da importância do Executivo. E as pessoas pedem tanto que, às vezes, se decide atender para não ouvir mais falar sobre o assunto. Mesmo estando na rua, as pessoas ficam falando para não se esquecer do centro de eventos, disso e daquilo. Fala-se tanto que, às vezes, é cobrado até na rua.

Então, há o pronunciamento do governador sobre um ato, que Balneário Camboriú agradece e nós agradecemos, que é início das obras da Udesc, e outro anunciando o início das obras do centro de eventos até junho. Isso quer dizer que nós estamos conquistando.

E digo aos meus queridos amigos deputados, eu não sou da base do governo, o meu candidato não se elegeu a governador, mas nós não fazemos oposição burra. Nós cobramos, mas também saberemos reconhecer quando o governo dá atenção aos nossos municípios e aos nossos pleitos.

E muitos indagam por que não fiz quando fui governador. Se eu tivesse quatro anos teria feito, mas só tive nove meses e no período eleitoral, deputado Silvio Dreveck. Foi difícil! É difícil realizar algumas coisas.

Mas hoje pude anunciar uma delas, sobre o aumento dos recursos para a Udesc, da instalação da Udesc, pois criamos dois cursos, o de Engenharia do Petróleo e o de Administração Pública, e fizemos o projeto do centro de eventos naquele curto espaço de tempo em que estivemos no governo.

Em uma semana, em um dia, no mesmo horário, no mesmo discurso, nós ouvimos o governador atendendo estes dois projetos que nós demos início. É muito importante que, às vezes, as pessoas reconheçam os gestos, independente das cores partidárias, porque se entendermos que devemos cobrar e criticar, nós o faremos. Nós o faremos sem problema nenhum. Mas também não hesitaremos em vir aqui reconhecer e agradecer.

Por isso, fica aqui o nosso agradecimento e esperamos que realmente se concretize este sonho, este desejo. Esperamos que realmente sempre as coisas que são feitas em benefício da população possam ser reconhecidas e aqui enaltecidas.

Por isso, viemos cumprimentar em nome do setor da Educação, da Udesc, dos alunos, dos professores, da reitoria, que está vibrando. No primeiro mandato eram R\$ 5 milhões por ano, agora já está em R\$ 10 milhões por ano ou mais. E já vem o centro de convenções, dando embalo naquela região, o que é muito importante para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado dr. Vicente Caropreso, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito boa tarde, sr. presidente, srs. parlamentares.

É sempre bom estar aqui para lembrar algumas coisas. Ontem passei momentos muito interessantes em Jaraguá do Sul, conhecendo algumas nuances da administração, mas, ao final do dia, tive um gosto especial de uma vitória do Jaraguá Futsal, sobre o Krona, por três a dois.

E quando o nosso amigo deputado estadual Leonel Pavan fala no centro de eventos de Balneário Camboriú, eu tenho a dizer que Jaraguá do Sul foi premiada pelo ex-governador, nosso amigo senador Luiz Henrique da Silveira, com o centro de eventos, com a Arena Jaraguá, onde tivemos ontem uma grande vitória no início da Taça Brasil de Futsal, aqui no nosso estado, com a arena cheia.

Quereria saudar, portanto, o meu amigo, Gerson Postai, meu grande amigo e hoje presidente do Jaraguá Futsal e toda a sua equipe vencedora lá em Jaraguá do Sul.

Hoje fui conhecer o Centro de Atendimento Sócio Educativo de Joinville. Eu sou presidente da comissão de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e assim sendo me propus a iniciar uma série de visitas a esses centros, onde os adolescentes cumprem seu período sócio educativo, ou seja, os adolescentes que tiveram algum problema de infração.

Chegamos lá por volta das 8h, um lugar extremamente distante, no bairro Vila Nova, vários quilômetros do centro de Joinville, sem acesso de coletivo. E lá vimos uma grande estrutura funcionando, com base no heroísmo, eu diria, com 27 pessoas trabalhando naquele local, atendendo também um número pequeno de adolescentes cumprindo seus períodos pelas infrações cometidas. Há pelo menos um funcionário para cada adolescente infrator. Uma estrutura grande, uma estrutura ociosa, mas uma estrutura que falta gente para trabalhar. O custo é estimado em quase R\$ 1 milhão mensais para atender os 30 adolescentes.

Portanto, quando se pensa em mudar a lei de diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos, tem que se levar em conta todos os gastos que são devidos a essa faixa etária, pois lá hoje constatamos que há dificuldade de escolarização dessas pessoas, que têm boa parte do tempo ocioso.

Então, conversamos com o Roberto Lajus, diretor do departamento sócio educativo da secretaria de Justiça e Cidadania, com a Daiana de Lamara Augustinho, coordenadora da assistência de Alta Complexidade de Joinville e com o promotor da Vara da Infância e Juventude de Joinville, dr. Sérgio Joesting. Foi muito importante a presença de todos, pois colaborou para uma análise de múltiplas visões a respeito do problema da criança e do adolescente, principalmente do adolescente que nós nos propomos a ver.

Amanhã iremos visitar o Case de São José. Iremos acompanhados de outras autoridades e também representantes de algumas situações dentro da área, para que ao final possamos ter uma ideia de como anda essa política estadual em relação aos adolescentes. Muito se fala na redução da maioria penal, mas na realidade as pessoas não param para analisar, não param para verificar tudo o que acontece em torno dessa situação.

Então, como presidente da comissão de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente nos sentimos no dever e na obrigação de conhecer profundamente esses centros e vimos muitas pessoas com vontade de trabalhar, preparadas, mas deputado Kennedy Nunes, quem comanda e quem toca todos os serviços são pessoas que vieram de outro local, porque ainda não foi definido todo o pessoal efetivo para trabalhar nesse local em Joinville.

A maior parte e a gerente daquele setor vieram de Chapecó. No tempo em que funcionava também em Chapecó a mesma estrutura, ela era responsável pelas duas estruturas. Então, vexas. podem imaginar a dificuldade que tínhamos na condução de uma estrutura tão complexa, complicada e potencialmente explosiva. Algumas fugas ocorreram nesse centro e a população vizinha entrou em pânico, em parafuso. Muitas vezes, esses jovens, na ânsia da liberdade, acabam cometendo alguns crimes e têm uma força, uma violência, uma potencialidade explosiva extremamente grande, de apavorar.

Estive, antes de chegar lá, em contato com algumas pessoas e vimos uma preocupação muito grande das pessoas, dos proprietários da região. Pude sentir a apreensão. Muitas vezes a população quer fazer justiça, mas no geral acaba não se interessando pelo assunto. Com exceção de dois pastores que prestam serviço voluntário e

que vão quase que todos os domingos conversar com os adolescentes, não se viu mais nenhum tipo de voluntariado no sentido de prestar algum auxílio, seja na área educacional, de artesanato ou do esporte.

Se quisermos que essas estruturas funcionem completamente amparadas pelo Poder Executivo, vamos chegar num momento em que não haverá dinheiro para tudo. Essa é uma falha que vejo e que talvez até o conselho municipal, ou o conselho estadual possam estimular.

Tenho colocado em todos os cantos que a vacina para essa situação é ensino em tempo integral. Estive conhecendo uma escola em Jaraguá do Sul de dois turnos e pude ver que não há nenhuma criança na rua em horário que normalmente era de se ver, pois se trata de um bairro próximo a um presídio, de um local que antigamente era cheio de problemas, como tráfico de drogas e crianças com baixa presença na escola.

Então, vimos que quando se quer, quando parte da sociedade e existe uma disposição governamental, as coisas se resolvem e os índices de delinquência e de acesso às drogas são reduzidos acentuadamente.

Então, digo em alto e bom som que o ensino em tempo integral é a maior vacina que se pode ter para sanar qualquer situação relativa ao atendimento das crianças e dos adolescentes do Brasil. Não tenho dúvidas também de que, através de atitudes como a da Fiesc no projeto Novos Caminhos e de tantos outros que existem por aí, daremos conta de grande parte, senão da totalidade dos problemas e não precisaremos perder tempo com essa discussão, que na minha maneira de ver foi mais política do que racional a respeito da redução da maioridade penal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, primeiramente quero pegar um gancho na fala do deputado Dr. Vicente Caropreso. Este deputado era vereador em Joinville quando foi feito o Centro de Internação Provisória - CIP -, no Parque Guarani, que hoje é o Case. E aí vamos falar um pouquinho sobre a redução da maioridade penal.

E nesse CIP que foi feito lá, um menor, desses que a lei diz que é menor e que tem que tratar, cuidar, ele matou o monitor lá dentro. E daí o que é que aconteceu, deputado Mário Marcondes? Não acontece nada!

Só que esse menor era um guarda roupa de quatro portas abertas, marmanjo, tinha cometido crimes lá fora e foi lá para dentro, matou o monitor e o trabalhador que estava lá dentro, como repúdio porque ele queria estar solto. Ele era menor! Se nós formos verificar, o que temos aqui no Brasil, não é a sensação de impunidade, é a certeza da impunidade e por conta disso os crimes acontecem.

Hoje, o tráfico está requisitando os aviões, aquelas crianças que são utilizadas, a partir dos nove, dez anos. E quero parabenizar o deputado Eduardo Cunha, que está fazendo um grande papel para esta Nação, está colocando para discutir e decidir, porque aquela Casa é de Parlamento, de decisão, vence a maioria, assuntos que até agora estavam emperrados como, por exemplo, a maioridade penal, reforma administrativa. Ele tem que colocar, sim, para deliberar. Não pode uma Casa como esta ficar para discutir assuntos e não colocar os prós e os contra. Existem os prós, os contras e vamos discutir.

Quando a sociedade quer é porque nós estamos vendo a todo o instante o crime usando os menores e daí o estado fica numa situação complicada, porque vem o Ministério Público e através de ação na justiça obriga o estado a criar políticas de repressão, e não

são políticas sociais. Aí o estado faz esses projetos porque vem dinheiro de fora, do governo federal, e depois a manutenção é que é o problema.

E quando se trata desse assunto de manutenção de um Case, de um centro de internação, são 24 horas, há plantões. E v.exa. tem razão quando diz que as entidades, as pessoas não estão mais querendo ir lá fazer algum tipo de trabalho social. E eu fico pensando qual é a entidade, qual é o profissional que quer ir lá, se ele vê que o processo como está sendo não vai ser feito nada.

Sabe o que está sendo feito? O nosso poder Judiciário, nosso setor de prisão, seja para maior ou esse de menor, ou de repressão, eles não estão tratando na verdade o que deveriam tratar, que é o ser humano, a ressocialização, ensinar uma profissão. Porque ele está indo para lá principalmente por causa da droga, que é o grande mal do século. E ao sair de lá terá entre o emprego, que está difícil de conseguir, e a oferta para ele traficar, é muito mais fácil traficar.

O que está sendo feito, hoje, deputado Mário Marcondes, v.exa. sabe muito melhor que eu, que milita nessa causa; as nossas prisões, os nossos Cases da vida, simplesmente estão servindo igual aquele camarada que quer um porquinho limpinho, com laçinho, para tratar como bicho de estimação domiciliar. E aí pega o porquinho, limpa bem, lava, passa perfume, passa um óleo, um creme, deixa bonitinho, mas se você soltar na rua vai procurar a lama, a sujeira. Por quê? Porque a essência que ele vive é isso, se nós não tivermos formas, não só de apreender, mas de ressocializar na verdade, nós vamos soltar os nossos menores, as pessoas lá, e eles vão para o mundo do crime de novo.

Eu lembro, por exemplo, o bairro Jardim Paraíso, zona norte da cidade, próximo do aeroporto de Joinville, que o governador na época, Esperidião Amin, que foi o último que construiu uma escola nova no município, fez a escola modelo, a escola jovem para ensinar profissão.

E o hoje senador Luiz Henrique da Silveira, na época governador, pegou e desmanchou o projeto da escola profissão e fez uma escola normal. O que aconteceu? Por que é que foi feito a escola lá padrão, a escola jovem para ensinar profissão? Porque os números mostravam que era o maior índice de menores com problemas. E aí o papel do estado vem para oferecer oportunidade. Como o governo troca, trocam as prioridades, e se colocou uma escola normal. E o que aconteceu? Os índices aumentaram. Por quê? Porque o estado não participou.

Nós não podemos fazer a política do depois. O estado precisa fazer política do antes, do planejamento, do não deixar a criança ir. E daí nós falamos de educação em tempo integral, em esportes, em tantas outras coisas e nós temos aí muitas entidades que querem fazer, deputado! Mas eles querem fazer não para enxugar o gelo, eles querem fazer para o camarada, para o adolescente não chegar lá no Case. Eles querem prevenir porque eles acreditam que o esporte, o trabalho, a educação pode fazer com que a criança não chegue a esse estágio.

Agora ir lá, quando ele pensa por que fazer alguma coisa se até agora o governo não fez algo, deixou lá. Então é complicado este assunto. Muito complicado. Até por que eu acho que seja estado e aí eu falo estado como um geral, municipal, estadual e governo não fazem nenhum tipo de política pública para não deixar com que esses jovens cheguem ao ponto de irem para um centro de internação.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Duas coisas ficaram muito claras para mim. O

custo do estado para manter aquele tipo de entidade, aquela situação é absurda! Nós não vamos conseguir. O estado, *sensu lato*, não vai conseguir puxar para si toda essa responsabilidade. Por isso, são tão importantes políticas de prevenção como as da Fiesc como o projeto Novos Caminhos e tantos outros que se espalham no estado aonde a iniciativa privada e entidades promovem a profissionalização de jovens.

Essa é a maior vacina para isso. E nós vamos ficar com um número muito reduzido de jovens precisando de penalização como aquelas que estão previstas na redução da maioridade penal. Acho que têm que ser revistas. Há casos que o próprio ECA tem que mudar. Há coisas muito suaves para pessoas que cometem esse tipo de crime como v.exa., relatou. Mas se analisarmos a percentagem global de adolescentes que cometem crimes que atentem contra a vida é muito pequeno em relação a grande maioria da população adulta.

Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado pela sua fala deputado.

Eu quero dizer claramente que sou a favor da redução da maioridade, principalmente quando se trata de crimes contra a vida. Se nós não fizermos isso nós vamos criar uma geração completamente sem condições, deputado Cesar Valduga, de ajudar de alguma forma.

Agora a saída sabe qual é? É passar essa estrutura para uma entidade. Existem entidades que querem tocar esse projeto e por que o estado não passa para uma entidade como é feito lá no hospital infantil de Joinville?

Mas daí sabe o que acontece? Quando uma entidade aparece para tocar esse processo, a entidade tem os seus direitos, os seus interesses. Como por exemplo, vamos colocar aqui, uma entidade espírita, uma entidade evangélica aí vem os promotores e a justiça e diz que por ser um estado laico não pode tocar em religião. Aí começa o problema de nós discutirmos, deputado Leonel Pavan.

Eu já peço pelo menos que v.exa., deputado Mário Marcondes, possa conceder mais um pouquinho de tempo, porque eu tenho certeza de que o deputado Leonel Pavan vai poder aumentar muito mais o nível desse debate.

O Sr. deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero deixar registrada a minha opinião, a minha posição, referente a redução da idade penal. Esse debate acontece no dia a dia. As emissoras de rádio, televisão, nas ruas. E eu nunca tive a oportunidade de aqui me manifestar.

Os homens públicos e o Congresso Nacional precisam ter coragem para se definir. Estão fazendo um jogo político, sofrem com a causa, sabem que precisam agir com coragem, mas não o fazem muitas vezes por questões de benefícios políticos.

Não é possível que nós tenhamos que suportar, de repente, crimes hediondos e, infelizmente por terem 16 anos, 17 anos não serem punidos. Dizem que punem, mas isso não acontece. Entram por uma porta e saem pela mesma porta, e rindo daquela pessoa que foi vítima.

Então, eu quero dizer a minha posição sobre esse tema, eu disse isso em vários lugares, às vezes, até nas ruas, mas ainda não havia falado nesta Casa, eu sou favorável à redução da idade para crimes cometidos por menores.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Para aqueles que são contrários eu respeito. Mas, sociedade catarinense, sabe o Champinha? Aquele que matou, cometeu crimes? Ele é menor. E aí porque é menor não se pode fazer nada. E eu digo, quem estiver com pena que o leve para a sua casa. Deixa a sua filha com o Champinha, deixa a sua neta, e

se você tiver coragem fique sozinho com o Champinha.

Então, nós precisamos levar a sério esse assunto, e precisamos mudar, a sociedade está exigindo mudanças, e que os deputados e senadores tenham a coragem de fazer as mudanças que precisam. Os que forem contrários que levem o Champinha para casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, deputado Kennedy Nunes, pelo seu pronunciamento, o tema realmente é polêmico, mas, nós, do Parlamento tanto estadual como nacional, não podemos ficar omissos à discussão. E efetivamente o deputado Eduardo Cunha está colocando projetos polêmicos que a sociedade clama pela discussão no Congresso Nacional.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Cesar Valduga, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar o sr. presidente; também o líder do governo nesta Casa, deputado Silvio Dreveck; os deputados José Milton Scheffer, Kennedy Nunes, Dalmo Claro, assim como a nossa camarada do município de Otacilio Costa, que faz uma grande liderança nessa cidade e que faz uma visita a esta Casa.

Sr. presidente, gostaria de registrar um momento importante, se assim posso dizer, que foi a reunião que tivemos semana passada com o secretário da Saúde do estado de Santa Catarina, o deputado João Kleinubing.

Tratamos sobre a questão da saúde como um todo, mas naquele dia debatemos a questão da saúde nos municípios de Capinzal, de Zortéa, de Ouro, de Lacerdópolis, de Peritiba e de Piratuba. Um gesto bonito de alguns parlamentares desta Casa que nos acompanharam, ou seja, tivemos uma reunião com o secretário, deputado Silvio Dreveck, foi uma reunião suprapartidária, que diversos deputados desta

Casa irmanados com o objetivo de resolver a questão da saúde, e mais propriamente do nosso querido Hospital Nossa Senhora das Dores.

Naquele momento, muito bem tratados, acompanhados pelo prefeito do município de Zortéa, o Paulo José Franceski, pelo vice-prefeito do município de Capinzal, e também por lideranças do município de Ouro, da direção do Hospital Nossa Senhora das Dores, que com um só objetivo conseguimos sensibilizar, argumentar e ter subsídios suficientes para que pudéssemos ajudar o hospital desse município, concluindo o centro cirúrgico.

Aquela é uma região agroindustrial, onde milhares de trabalhadores através da BRF, da indústria metal mecânica, enfim, diversas empresas, conclamam que o centro cirúrgico daquele município seja uma realidade.

O secretário da Saúde, imediatamente solidário, e conhecedor da situação do hospital Nossa Senhora das Dores, obtivemos êxito e o comprometimento do governo do estado. Então, através do secretário, e com emendas do próprio deputado, fizemos a interlocução junto ao governo para que possamos concluir o centro cirúrgico do nosso hospital, no município de Capinzal.

Mas achei muito bonito, deputado Mario Marcondes, a solidariedade e a participação de diversos deputados que nem são daquela região, mas que são solidários à causa e deram sua contribuição, como o deputado Dalmo Claro, que também foi secretário da Saúde do nosso estado; e sendo conhecedores da demanda, da necessidade e principalmente da urgência da conclusão do centro cirúrgico ficaram sensibilizados, porque esse hospital já tem 60 anos de existência, e com muita demanda em função dos frigoríficos. As pessoas que precisam fazer pequenos procedimentos ou até de média complexidade

precisam se deslocar para o município de Joaçaba, Concórdia ou até Chapecó.

E com esse gesto, com uma política mais avançada, posso dizer que estou muito satisfeito, feliz com a compreensão dos parlamentares desta Casa, que não olham sigla partidária, pois acima de tudo o nosso grande partido é o povo catarinense. Vejo que esta é uma política bem avançada, moderna, a qual precisamos muito, principalmente nos dias de hoje.

Srs. deputados, quero agradecer a todos, especialmente ao deputado Gabriel Ribeiro, da região de Lages, que articulou essa reunião com o secretário, fazendo também com que o secretário da Saúde do nosso estado se sensibilizasse e deliberasse pela construção e viabilização desses recursos que são importantes para a conclusão do centro cirúrgico de Capinzal.

Sr. presidente, quero deixar meu forte abraço e registrar nos Anais desta Casa esse trabalho, essa irmandade suprapartidária, objetivando buscar recursos para a conclusão do centro cirúrgico da nossa cidade, que vai fazer muito bem para o povo do vale do Rio do Peixe e do meio-oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado João Amin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Neste momento, passo a Presidência ao sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Gostaria de cumprimentar o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, o

deputado padre Pedro Baldissera, demais deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, deputados Manoel Mota, Dalmo Claro, Cleiton Salvaro, Neodi Saretta, Cesar Valduga, Antônio Aguiar e todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, ontem foi um dia muito importante com relação ao assunto que por muito tempo toma conta de uma pauta negativa na Grande Florianópolis, que é o contorno do anel viário. Mas tivemos uma boa notícia. E juntamente com o deputado federal Esperidião Amin, com o vereador Pitanta, de Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, o prefeito de Palhoça, que não pode estar presente, questionamos não só o diretor da ANTT, Jorge Bastos, como a sua assessora Viviane, com relação a uma notícia, que foi tratada na comissão de Transportes na semana passada, sobre um possível pedido de mudança do traçado daquela obra que era para ter sido finalizada em 2012 e tem hoje o licenciamento ambiental, tanto por parte do Ibama como o licenciamento por parte da Funai, dado recentemente ao trecho de 51km, que é a extensão da obra.

É bom lembrar que há três sextas-feiras um caminhão vindo da Bahia bateu numa moto causando uma fila que impedia quem estava na Ilha de Santa Catarina ir ao Continente, devido ao grande tumulto que ocorreu. Será que esse caminhão que vinha da Bahia e ia ao Rio Grande do Sul deveria estar

passando ali? Então, foi uma reunião muito importante e o diretor Jorge Bastos garantiu para que até a primeira quinzena de maio vá nos prestigiar na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, fazendo a apresentação final do projeto já com as licenças tanto da Funai quanto do Ibama.

Então, foi uma grande reunião ocorrida durante a tarde de ontem com a deputada Dirce Heiderscheidt e o vereador Pitanta, acompanhados e marcados pelo deputado federal Esperidião Amin.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo por levantar um tema importante e fundamental para a região da Grande Florianópolis. Anel viário, seja lá o nome que tem que ser dado. O que acontece? Estava no contrato com aquela empresa espanhola que implantou o pedágio, que eles teriam três anos para executar a obra. Já foi, já passou, já era. Então, entendo que está na hora dos políticos se mexerem. Eu acho que Santa Catarina não pode passar por essas questões, por esse vexame de assinar um contrato, de publicar em toda a imprensa e depois ficar no vazio. O que deve estar pensando a sociedade? Muitas entidades participaram desde o primeiro momento.

Então, eu quero cumprimentar v.exa. e dizer que esse é o caminho. Por isso a importância de ter neste Parlamento esse sangue novo, para ter coragem de enfrentar, como eu enfrentei a duplicação da BR-101 durante 30 anos, que hoje ainda não está concluída.

Então, novamente quero cumprimentar v.exa. e todos aqueles que participaram efetivamente. Quero me colocar à disposição para ajudar, pois não podemos pagar esse preço, ou seja, é muito mais rápido vir de Aranguá a Palhoça, do que vir de Palhoça para Florianópolis. Essa obra tem que ser a prioridade das prioridades. Esse é o caminho para buscar as soluções que o povo espera.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, que faz parte da comissão de Transportes. Sei que vai estar junto conosco, com a sua experiência, com a sua fiscalização passando a sua experiência e o seu conhecimento para que possamos fazer essa cobrança. É importante dizer que essa reunião vai depender do diretor Jorge Bastos. Vamos agendar e trazer também o secretário Cassio Taniguchi.

Queremos convidar as prefeituras de Florianópolis, Palhoça e Biguaçu, as Câmaras de Vereadores, seus presidentes, as associações comerciais, as câmaras dos dirigentes lojistas dos municípios e todas as entidades relacionadas a questão.

E hoje, pela manhã, também, numa reunião extraordinária da comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano, foi tratado um assunto muito importante. Em Florianópolis, 21 famílias terão seus imóveis afetados por essa nova demarcação da secretaria de Patrimônio da União, que na semana passada era manchete em todos os jornais. Tivemos a presença da superintendente Tereza Cristina Godinho Alves hoje, numa discussão muito proveitosa com representantes dos bairros Carianos, Daniela e Jurerê. Veio também o dr. Joel de Menezes que escreveu um artigo sobre o assunto. Esteve conosco também a Procuradoria Geral do município de Florianópolis representada pelo dr. Alessandro Abreu.

Foi uma reunião extraordinária com a repercussão de uma audiência pública, devido à relevância do tema, enfim uma reunião muito positiva. O técnico Juliano do SPU estava presente. Houve uma apresentação das linhas gerais que norteiam a homologação da linha dos terrenos de marinha. Houve vários questionamentos.

Tive a oportunidade, juntamente com os deputados Cleiton Salvaro e Cesar Valduga, de ouvir a apresentação dos técnicos. Pudemos questionar sobre a metodologia utilizada para essa demarcação que está causando um verdadeiro terror em 30 mil famílias apenas em Florianópolis.

Até conversava com os deputados que toda a margem de maré, seja de rio, laguna, lagoa será afetada e não apenas Florianópolis sofrerá com isso. E a população precisa ter a informação porque depois terão apenas dez dias para constituir a defesa do imóvel. Por isso é importante que as associações de moradores se organizem. Já conseguimos agendar uma audiência pública em Florianópolis e aí poderemos convidar toda a cidade. Também São José e outros municípios já vêm se mobilizando.

Então, hoje houve o compromisso por parte da secretaria do Patrimônio da União de comparecer à audiência pública, que já está marcada para o dia 6 de maio, às 7h30min. A secretaria do Patrimônio da União também hoje se comprometeu a disponibilizar o mais rápido possível os estudos sobre a demarcação dos terrenos de marinha na internet para facilitar o acesso a essas informações. O estudo já está em fase final de digitalização. A notificação pessoal é necessária, e não só por edital dos ocupantes ou proprietários de imóveis que estejam localizados em terrenos de marinha ou vizinhos. E também a Secretaria de Patrimônio

da União se comprometeu a ajudar a realização desta audiência pública que será muito importante, como foi hoje essa reunião preliminar, para levar à população, seja ela afetada ou não, mas essas 30 mil famílias terem acesso à informação o mais rápido possível para que possam começar a produzir a sua defesa. E nós não vamos deixar de tratar na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano sobre esse tema que, no primeiro momento, afeta 30 mil famílias em Florianópolis, mas com certeza o estado de Santa Catarina vai aspirar um número muito maior de pessoas, por isso a Assembleia Legislativa tem esse papel tão importante na discussão desse assunto.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Presidência gostaria de comunicar a presença dos alunos da Escola Engenho, de Florianópolis, sob a liderança da professora Suzane. Desejamos a todos as boas-vindas.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, em exercício, deputado Leonel Pavan, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense. É com satisfação que, hoje, nós viemos aqui mostrar à Santa Catarina a ordem de serviço para a construção do moderno fórum de Canoinhas. Este pequeno layout que vamos apresentar e que, ontem, estivemos no Tribunal de Justiça com o presidente, sr. Nelson Scheffer Martins, assinou a referida ordem de serviço para início da construção dessa importante obra para a comarca de Canoinhas, essa comarca atende também os municípios Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo.

Queremos primeiro, agradecer ao presidente do TJ pela determinação de v.exa. em dar a ordem de serviço. Serão mais de R\$ 18 milhões investidos. Canoinhas terá um importante fórum novo que possui as seguintes características no projeto geral: seis unidades jurisdicionais completas, um juizado especial, dois gabinetes de juízes substitutos, ala independente para a instalação do Ministério Público, biblioteca, salão do júri, estacionamento privativo, estacionamento público; característica do projeto sustentabilidade: aproveitamento da água da chuva, estação de tratamento de afluentes e efluentes, telhado verde sobre o salão do júri; características de segurança: portas giratórias, sala de segurança, catracas, celas, esperas de menor, fluxos de réu preso, alojamento militar, sistema CFTV, guarita e cercamento do terreno; características de acessibilidade: vagas exclusivas, rampa de acesso ao pavimento térreo, elevadores para fluxo interno de pavimentos e sanitários acessíveis.

Também, serão instaladas seis varas e mais o juizado especial, dois juízes substitutos. Com certeza a nossa Justiça será mais célere, será mais rápida! A nossa Justiça vai melhorar no município de Canoinhas.

E temos também, sr. presidente e demais srs. deputados, a informação da inclusão do trecho da rodovia SC-477 entre Canoinhas e Major Vieira e Papanduva no plano viação, o PNV.

Nós já tivemos importante destaque na federalização na BR-280 entre Canoinhas e Porto União, no qual fomos o Relator da lei da federalização dessa importante rodovia.

Hoje o planalto norte vê a diferença da rodovia 280 entre Canoinhas e Porto União. Além do que podem questionar o que faria um trecho da rodovia estadual catarinense ser inserido no Plano Nacional de Viação que é uma demonstração do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, o DNIT, por meio de sua coordenação de planejamento na melhoria dessa estrada como parte do planejamento orçamentário do Ministério dos Transportes.

A justificativa da Portaria n. 69 do Ministério dos Transportes de 25 de abril de 2006 que normatiza os procedimentos e critérios para a absorção de rodovias estaduais existentes coincidentes com as rodovias federais planejadas. Esse é o caso do trecho de 34 quilômetros da SC-477, entre os entroncamentos da BR-280 do município de Canoinhas e BR-116, em Papanduva.

A rodovia estadual existente tem um traçado similar ao de uma rodovia federal planejada, de junção entre outras duas rodovias federais. A partir daí o trecho da SC-477 passou a fazer parte do planejamento de obras do Ministério dos Transportes.

E porque razão trago o assunto ao debate em nosso Plenário? Pelo simples fato de que esse é um importante trecho rodoviário para o planalto norte, que está em péssimo estado de conservação e a possível federalização é uma saída vista com muito bons olhos pelas lideranças locais.

Devo reconhecer que o Deinfra e a secretaria de Infraestrutura tentam fazer o possível para manter essa rodovia, e ainda no período em que meu colega Valdir Cobalchini era o secretário da Pasta, em 2013, foi feita uma operação tapa-buracos, com o objetivo de melhorar as condições daquele trecho.

Estamos falando de um trecho bastante sinuoso, com aclives e declives, que registra grande movimento de cargas na região, especialmente no período de safras de milho e da soja, mas também tem grande fluxo de caminhões com madeira, que saem dos reflorestamentos da região para as indústrias de transformação.

Uma operação tapa-buracos, por isso tem validade limitada, e depois de algum tempo de chuvas intensas e muitos caminhões passando por lá, a estrada está outra vez em péssimo estado. Está muito ruim e representa risco para os usuários, tanto é que hoje, quem ali trafega precisa estar muito atento, para desviar de buracos, que muitas vezes já se transformaram em crateras. Situação que ainda fica mais precária em dias de chuva, de serração e no período noturno, até porque outro problema está na falta da renovação das placas de sinalização vertical e horizontal, bem como nas roçadas laterais.

Por isso, a população local vê com simpatia uma possível federalização do trecho, que possa representar a melhoria das condições da pista, com mais segurança para quem nela transita.

Nós temos um exemplo recente de federalização da BR-280 que foi uma federalização importante porque hoje é um dos melhores trechos da BR-280, Canoinhas a Porto União, bem sinalizada com as laterais, com a roça feita, o roçado perfeito, com boa visibilidade. Portanto, nós temos experiência que a federalização no planalto norte funcionou. Temos que dar mão à palmatória.

Deputado Dirceu Drescher, deputado Neodi Saretta, o governo federal fez uma excelente obra no planalto norte.

A nossa constatação é que o Deinfra, que tem um estudo de viabilidade, apesar de técnica, econômica e ambiental, para subsidiar a proposta de federalização da estrada através da Eteva, como é chamado esse tipo de estudo, precisa ser contratado pelo estado, e é um estudo detalhado sobre a movimentação e o interesse econômico daquela estrada.

Enfim, nós vamos continuar com esse nosso discurso, esse nosso empenho, esse nosso trabalho para fazer a federalização de Canoinhas a Papanduva.

Temos também o importante trecho da BR-280 onde passa a linha férrea na cidade de Mafra, e após vários contatos, vários pedidos feitos à NTT, hoje, neste momento, está sendo feita a recuperação da ferrovia na BR-280, na cidade de Mafra.

Portanto, nossos parabéns aos órgãos que estão presentes, fazendo com que essa ferrovia tenha uma melhor travessia pelos

usuários. Uma travessia com buracos na rede ferroviária federal prejudicava muito o transporte nessa região.

Sr. presidente, srs. deputados, o transporte é um setor importante no estado de Santa Catarina, principalmente no planalto norte. Por isso, cobramos neste momento também a recuperação da Rodovia SC-477 no trecho Doutor Pedrinho à Moema, no município de Itaiópolis, um segmento importante; e lá estavam às máquinas, também a contratação de óleo diesel dos postos de gasolina, já havia pessoas morando nas casas de aluguel, enfim, estava tudo pronto para o início das obras e, repentinamente, não sabemos por que, as obras pararam.

Eu acho que esse alerta que estamos fazendo sobre a SC-477 no planalto norte é muito importante. Esse elo entre o planalto norte e o vale do Itajaí se faz muito necessário, uma vez que uma viagem do planalto norte para Florianópolis se econômica em torno de 100km. E por que não se dar prioridade para a Rodovia SC-477 uma vez que já foi adiado o início dessa obra por razão de mudanças de orçamento? Queremos que o orçamento da Rodovia SC-477 permaneça, e também o início das obras que já estava para acontecer ocorra o mais breve possível.

Portanto, temos certeza de que o secretário da Infraestrutura tomará conhecimento através do pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, da retomada da construção da Rodovia SC-477 de Moema ao município de Benedito Novo e Doutor Pedrinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Antônio Aguiar, a Rodovia SC-477 que v.exa. critica é uma obra estadual?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sim, e precisa de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado às Breves Comunicações, com a palavra a próxima oradora inscrita deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, muito boa-tarde também a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, e quem nos dá a honra da presença neste Plenário. A nossa fala hoje, sr. presidente, srs. deputados, é com respeito à área da saúde, nós que temos a responsabilidade de presidir essa comissão tão importante nesta Casa, e que já gerou muitas demandas para os deputados que a compõem como os deputados Dalmo Claro, Fernando Coruja, Dr. Vicente Caropreso, Cleiton Salvaro e Cesar Valduga, já que temos um bom ano de trabalho para orientar ou tentar solucionar todas as dificuldades que a nossa população, que os nossos hospitais, que a nossa atenção básica à saúde estão enfrentando.

O direito à saúde está garantido na Constituição de 1988, assegurando que as pessoas tenham acesso às políticas, aos bens e aos serviços de saúde. Houve uma longa e grande discussão em 1988 para formalizar a nossa Constituição. E esse é conceito ampliado de saúde que não é somente a ausência de doença, é muito mais amplo que isso. Para que uma população tenha saúde é necessário que todos os setores, todos os agentes das políticas de saúde se articulem, gerando melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Os governos federal, estaduais e municipais devem estabelecer políticas de atenção focadas à prevenção e também ao tratamento da saúde. O governo federal tem estabelecido uma relação republicana com estados e com os municípios, destinando recursos e criando políticas de prevenção à saúde.

Com o 'Programa Mais Médicos', por exemplo, tivemos um investimento, inclusive no nosso estado, significativo, com atendimento mais perto da comunidade, com ampliação das

equipes da saúde da família, o modelo de atenção básica que se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais, que é: o médico, o enfermeiro, o cirurgião-dentista, os agentes comunitários, auxiliares de enfermagem, atuando a partir do conhecimento da realidade do local e das necessidades daquela população. Isso é atenção básica à saúde.

Hoje o maior problema de saúde, além do financiamento é a falta de gestão. E falo aqui principalmente na gestão dos hospitais que é o gargalo, e continua sendo principalmente os serviços de emergência e urgência.

Para reverter esse quadro, em 2011 o governo federal estabeleceu uma nova estratégia de repasses para o custeio de serviços de urgência e emergência no nosso país. Custeou esses serviços para os nossos hospitais, embora tivesse acontecido em 2011, mas somente em 2013 tomou corpo esse programa.

Através da atenção às urgências e às emergências o pacto com os estados e com os municípios, os hospitais tiveram uma alocação de recursos financeiros feitos pelos procedimentos realizados pelos hospitais. É uma política que tem garantido o funcionamento principalmente de leitos de UTI e também os prontos atendimentos via fundos municipais de saúde.

Cito como exemplo minha região do vale do Itajaí, onde quatro hospitais integram os serviços de emergência e urgência. Desde agosto de 2013 recebem recursos federais para custeio dos procedimentos. Foram mais de R\$ 16,6 milhões já repassados pelo governo federal ao Fundo Municipal de Saúde de Blumenau, desde agosto de 2013 à março de 2015 para os hospitais Santo Antônio, Santa Izabel e de Misericórdia.

Temos também R\$ 9,4 milhões do Fundo Municipal de Saúde, no município de Rio do Sul, nem no mesmo período, para o custeio dos serviços de urgências e emergências do hospital Regional de Rio do Sul, e mais R\$ 2,5 milhões ao Fundo Municipal de Saúde para o município de Brusque para ser destinado ao hospital Azambuja, ali daquele município.

O governo federal srs. parlamentares, também aprovou no ano passado a pactuação de novos leitos aumentando o repasse mensal ao custeio das urgências e emergências dos hospitais catarinenses.

O hospital Santo Antônio, por exemplo, do município de Blumenau recebeu cinco novos leitos de UTI adulto, para receber mensalmente R\$ 550 mil. Mais R\$ 109 mil a mais, do que vinha recebendo pelos procedimentos no pronto atendimento, no pronto socorro e nos oito leitos de UTI pediátrica.

O mesmo aconteceu com o hospital Santa Izabel, de Blumenau que tiveram aprovados pela rede de atenção às urgências e emergências, mais 15 leitos de UTI adulto, 15 leitos de cuidados intensivos, seis leitos da unidade coronariana, e com isso o repasse do governo federal para o custeio desses serviços dos atuais R\$ 500 mil mensais, que o hospital Santa Izabel recebe para R\$ 888 mil mensais.

Além de outros hospitais da nossa região receberam também apoio do governo federal, a exemplo do que falei antes do hospital Misericórdia, do município de Blumenau que teve aprovado dez leitos de retaguarda clínica, num total pactuado de R\$ 65 mil mensais. Esse era o grande problema dos hospitais, principalmente.

Por isso, o governo federal fez esse programa e que tem dado sustentação, pelo menos, a manutenção desses hospitais.

O hospital Samária, do município de Rio do Sul, tem 10 leitos de retaguarda clínica, e um total mensal pactuado R\$ 65 mil mensais. Também o hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do município de Gaspar, que várias vezes fechou suas portas e que hoje está atendendo com a gerência também da prefeitura de Gaspar, tiveram aplicados 20

leitos de retaguarda clínica e 15 leitos merecem grandes atendimentos, que foram pactuados um repasse de R\$ 184 mil mensais.

O hospital OASE, da minha região, do município de Timbó, com recursos aprovados para 16 leitos de retaguarda, 10 leitos para a clínica e também a UTI adulto, uma pactuação com o governo federal, passa a receber mensalmente R\$ 322 mil mensais para custeio desses serviços.

No hospital Waldomiro Colautti, do município de Ibirama, deputado Aldo Schneider, foram aprovados também, 10 leitos de retaguarda clínica, e nós estamos numa luta grandiosa para abriremos os dez leitos de UTI que estão fechados ainda naquele hospital.

O hospital Bom Jesus, do município de Ituporanga, tem dez leitos e retaguarda clínica. O hospital de Presidente Getúlio, também com dez leitos de retaguarda clínica.

A lista de hospitais do vale do Itajaí, que tiveram recursos aprovados, srs. parlamentares, pelo governo federal para custeio e procedimentos de urgência e emergência, ele prossegue.

Temos o hospital de Trombudo Central, que tem a pactuação de seis leitos; O hospital Dom Bosco de Rio dos Cedros, com a pactuação de 40 leitos de Unidades de Cuidados Prolongados e também 10 leitos de UTI adulto do hospital Beatriz Ramos, do município de Indaial.

Então, todos esses pequenos hospitais foram pactuados com esse novo programa do governo federal que pode dar sustentação, manutenção e daí também darem atendimento a nossa população. É grande a lista dos hospitais, aqui dei um pequeno exemplo, volto a esta temática, nos próximos dias, porque há uma grande preocupação dos gestores municipais e também da nossa população. Isso é preciso esclarecer, sr. presidente, que há, sim, a contrapartida do governo federal para atender, principalmente os grandes e os pequenos hospitais no que diz respeito à manutenção e bom atendimento à nossa população que tanto merece.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Sras e srs. deputados, nos vamos suspender a sessão, por tempo indeterminado, para que seja apresentado o relatório anual das atividades do Ministério Público de Santa Catarina, conforme o art. 101 da Constituição Estadual.

O requerimento foi assinado pelo procurador-geral Lio Marcos Marin.

Esta suspensão a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO (Maurício Eskudlark) - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, da vereadora Márcia Dassoler, do município de São Miguel da Boa Vista, que veio até aqui com vários projetos e programas de trabalho da Câmara Municipal de Vereadores e que, neste momento, está presente nesta Casa.

A nossa saudação a toda população de São Miguel da Boa Vista em nome da vereadora Márcia.

O SR. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de fazer o registro da presença do nosso colega ex-deputado Nilson Gonçalves, que volta à Casa. Seja bem-vindo, deputado.

Também está presente o dr. Paulo Cesar, grande amigo e parceiro de Joinville que,

mesmo emprestado para Florianópolis, sempre está conosco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Da mesma forma, cumprimento o deputado Nilson Gonçalves. Seja bem-vindo a esta Casa, a sua Casa, nossa Casa, a Casa do povo catarinense.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar que, nesta data, a Aflodef, uma entidade filantrópica aqui da capital, da Grande Florianópolis, que atende pessoas com deficiência física, está completando exatamente hoje 30 anos de atuação. É uma entidade importante que interage, inclusive, com esta Casa, através da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no desenvolvimento de ações que justamente tem o objetivo de incluir a pessoa com deficiência física na nossa sociedade.

Portanto, os nossos cumprimentos a esta entidade e o desejo forte de que ela continue fazendo, com muita propriedade, como tem feito, a defesa desses direitos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ficam registradas, nos Anais da Casa, suas manifestações.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0170/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a lei n.1324, de 1955, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários.

Dentro desse projeto foi apensado o ofício n. 0287/2014.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0008/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual da Pessoa com nanismo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, gostaria de fazer uma referência

a este projeto de lei. Ele foi inspirado numa servidora desta Casa, chamada Liana, que está lotada inclusive na comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência.

A data escolhida é 25 de outubro, e o dia estadual da pessoa com nanismo tem como objetivo difundir informações, promover a inclusão profissional dessas pessoas na sociedade, buscando também desenvolver ações que possam de uma forma ou de outra, melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, inclusive, combater a discriminação.

Nós temos no Brasil cerca de 9.500 pessoas com nanismo, avanços consideráveis já foram alcançados, nós não temos a cura, não temos como prevenir esta questão, mas é fundamental difundirmos informações para que possamos, de uma forma ou de outra, como dito aqui, melhorar, através de ações públicas, a qualidade de vida dessas pessoas.

Por isso, considero que esta é uma matéria também importante, porque vai justamente promover estas ações para enfrentar estes desafios no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu gostaria de fazer um comentário sobre o projeto do nanismo. Realmente é uma doença, ou uma patologia, ou uma característica que precisa de tratamento e precisa de atenção. Também há muita discriminação e, às vezes, falta de atenção do Poder Público. Então, é bem lembrada a proposta de um dia, porque quando se tem uma data, você pode, naquela data, fazer um evento, e aquele evento muitas vezes se multiplica.

Isso é uma coisa que parece de menor importância, mas tem impacto, no futuro, em decisões que vão ser tomadas. Gostaria de cumprimentar o deputado José Nei Ascari por isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a manifestação do deputado Fernando Coruja.

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0570/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a informação que deve ser fornecida ao

consumidor nos restaurantes, bufês, bares, lanchonetes, cantinas, similares e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para o pronto consumo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que concede licença ao vice-governador do estado.

Art. 1º Fica concedida a licença ao vice-governador do estado de Santa Catarina para interromper o exercício das suas funções, durante o período de 17 de abril a 17 de maio de 2015, sem ônus para o erário, em razão de viagem com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, nos termos do art. 40, inciso IV, alíneas "b" e "c" da Constituição do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, foi solicitada a inclusão de uma indicação, mas eu quero retirar e aproveitar para agradecer, já que foi incluída na pauta de hoje a Indicação n. 246, que, em função do debate com os servidores do Tribunal de Justiça, solicitava a reabertura das negociações. Mas eu acabo de receber informação de que há uma interlocução nomeada pelo presidente do Tribunal e já teremos amanhã, às 14h, uma reunião marcada com o sindicato e o Tribunal.

Então, eu solicito não mais a inclusão, mas a retirada dessa indicação da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h31, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro

Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia. Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0570/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a informação que deve ser fornecida ao consumidor nos restaurantes, bufês, bares, lanchonetes, cantinas, similares e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para o pronto consumo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos Humanos; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de parabenizar o município de São Francisco do Sul, juntamente com o seu prefeito Luiz Roberto de Oliveira, pelo aniversário de emancipação política do município, nos seus 168 anos de existência. Parabéns, São Francisco do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ficam registradas as felicitações emanadas pelo eminente deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Da mesma forma, como fez o deputado Antônio Aguiar, queremos cumprimentar toda população de São Francisco do Sul, e também registrar que a Lei n. 15.109/2010, que eu tive a honra de sancionar, prevê que a capital do estado de Santa Catarina seja transferida simbolicamente para o município de São Francisco do Sul, todo dia 11 do mês de agosto, marco da criação capitania de Santa Catarina.

Então, nesse dia que São Francisco do Sul faz aniversário, quero lembrar que nós sancionamos a lei que denomina, no dia 11 do mês de agosto, como a capital de Santa Catarina.

Também deixo registrado que hoje também Rio do Sul completa aniversário de emancipação político-administrativa.

Parabéns a todos os moradores da capital do alto vale.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Nesta mesma linha, eu, hoje de manhã, na companhia do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, estive no município de Rio do Sul, entregando a ordem de serviço para o esgotamento sanitário daquela cidade, no valor de R\$ 30 milhões. E logicamente, nós que representamos Rio do Sul nesta Casa e os pleitos junto ao governo do estado, quero desta tribuna cumprimentar a comunidade rio-sulense pelos seus 84 anos de emancipação político-administrativa.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s.: 237, de autoria do deputado Natalino Lázare; 238, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 239 e 245 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 240, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 241, 242 e 243, de autoria do deputado Neodi Saretta; 244, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254 e 255, de autoria do deputado Patrício Destro; 256, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 257, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 260, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e 262, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes proposições:

Requerimento n. 258, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao

Superintendente Regional do DNIT, solicitando informações sobre o cronograma das obras de construção da ferrovia Leste/Oeste Catarinense e seu traçado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 259, de autoria do deputado Gean Loureiro a ser enviado ao Superintendente Regional do DNIT, solicitando informações acerca do cronograma das obras do Trevo da COOCAM e da existência de projeto para abertura das vias marginais na BR-470 e na BR-282, no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 261, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado à reitora da UFSC, solicitando informações acerca de seu posicionamento em aderir ao Enem/Sisu, para democratizar as vagas da instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 263, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao reitor da Universidade Federal Fronteira Sul, de Chapecó, solicitando informações sobre o posicionamento oficial da instituição quanto à possibilidade de implantação da UFFS no município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 37, de autoria do deputado Antônio Aguiar, apelando à presidente da República e ao Ministro da Saúde, pelo reajuste, em caráter emergencial, da tabela do SUS para os hospitais filantrópicos e para os médicos que neles prestem seus serviços.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 81, de autoria do deputado Mauro de Nadal, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da resposta oficial ao expediente de sua autoria, referente à consolidação das dívidas intermunicipais, recebido em 24/05/2013, pelo secretário do Planejamento, Murilo Xavier Flores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 82, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre

quando se dará o término da pavimentação asfáltica da Rodovia SC-436, que dá acesso ao santuário da beata Albertina Berkenbrock, entre os municípios de Imarú e São Martinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 83, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de Infraestrutura, solicitando informações acerca das obras da rodovia que liga a BR-470 ao município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 84, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Ibirama, solicitando informações acerca da conclusão da obra do Centro de Convivência da Terceira Idade, no município de Vitor Meirelles.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 85, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre eventual liberação de recursos, destinados para a construção de Centros Integrados de Saúde, no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 86, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Timbó, solicitando informações acerca das obras de manutenção da Ponte Pênsil Dona Clara, que liga os municípios de Rodeio e Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Só reforçando que hoje demos entrada a uma indicação solicitando ao governador que instale um posto de Polícia Rodoviária estadual na Rodovia do Arroz, que fica entre Jaraguá do Sul, ou entre Guarapirém e Joinville, pelo aumento exagerado do número de acidentes. Uma via que aumentou por demais o seu tráfego e já demanda um posto, inclusive da polícia, para reforçar o policiamento, já que é rota de fuga da região do Vale do Itapocu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade vou usar a tribuna para informar aos nobres parlamentares que nós só estamos conseguindo algum resultado do governo, no momento, através de pedidos de informação.

Há pouco comentava aqui com alguns deputados, que muitas vezes falamos com o próprio governador, com o secretário de estado e aquilo que dizem acaba não se concretizando. Aquilo que sugerem que reivindicamos acaba ficando no ar, com apenas uma resposta vazia, porque acabam esquecendo, nos parece. E por isso que estamos, então, encaminhando inúmeros pedidos de informação.

Hoje encaminhamos inúmeros outros pedidos que já havíamos feito em outras oportunidades ao governador, e ele não respondeu. E por uma informação desse mestre de leis, que é o deputado Fernando Coruja, sabemos que ele, o governador, não tem obrigação de responder.

Quando fui governador sempre disse para todos cumprirmos rigorosamente o que diz a lei, que não deixassem passar o prazo e que respondessem os pedidos de informações. Ontem fui informado que o governador não tem obrigação de responder. Então, nós estamos refazendo os pedidos para os secretários. E esperamos que haja respostas para que possamos cobrar. O Parlamento tem um espaço importante para olhar, aprovar, reprovar e criar leis que possam beneficiar a população, mas, acima de tudo, também temos que fiscalizar.

Todo dia recebemos aqui visitas de prefeitos, de vice-prefeitos, de vereadores, de representantes de entidades sociais e de empresários reivindicando alguma coisa para a sua cidade e para sua região. De todos os pedidos de informação que encaminhei até agora, só obtive uma resposta. Isso, porque a nossa assessoria ficou constantemente cobrando, tanto do governo federal, que nos responderam em menos de 15 dias, do ministério de Cultura, quanto do próprio governo do estado, que foi referente à devolução de R\$ 740 mil, que era dinheiro do governo federal para implantar biblioteca em cidades com menos de 10 mil habitantes. Obtivemos a informação e comprovamos aqui que foi falha do governo, deixando passar o prazo por quatro vezes. E por quatro vezes o ministério da Cultura renovou o convênio e não adiantou.

Agora nós estamos, como parlamentares, reivindicando, através do governo, que o ministério da Cultura não deixe na mão os pequenos municípios, por uma falha administrativa. Através dos pedidos de informações, nós podemos solucionar ou ajudar a solucionar alguns problemas que estão a nossa frente, que é possível um parlamentar contribuir. Mas quero dizer também que basta apenas vontade política, e não recebi até agora a resposta.

Meu primeiro pedido de informação apresentado nesta Casa foi sobre a Rodovia Transbeto. Já se passaram mais de dois meses e nada. Milhares de pessoas foram ao Beto Carreiro e passaram pela rodovia. Nós, parlamentares, temos passado por lá e o mato está tomando conta. Quando o Luiz Henrique da Silveira foi governador e este deputado foi seu vice, uma das nossas preocupações foi manter a visibilidade do estado, manter o estado no índice de melhor destino turístico do Brasil. E essa é uma das rodovias de importância para o turismo neste estado. E roubaram a faixa da rodovia. Acho que nos últimos quatro anos que se passaram, devem ter reivindicado aqui essa melhoria. Houve dezenas de acidentes. Até sequestro houve naquela rodovia. Compete ao governo fazer a manutenção do que foi construído e isso infelizmente não ocorre.

Numa das conversas rápidas que tive foi dito que uma equipe de Joinville iria limpar a

rodovia da Serra Dona Francisca, a rodovia que vai para São Francisco e aí por diante. Mas quando chegarem a Piçarras, a rodovia da Serra Dona Francisca já está cheia de mato novamente. É preciso que se olhem as prioridades. Nessa rodovia passam milhares de pessoas e por isso é preciso que haja a sua conservação. Nem o Beto Carreiro com seu destemido cavalo Faísca teria coragem hoje de passar por aquela rodovia.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Nobre deputado, pela sua eloquência de sempre, aprendemos e reverenciamos o seu estilo de fazer política e de ocupar esta tribuna. Hoje, a exemplo do seu gabinete, recebemos vários líderes políticos de Penha para solicitar essa obra emergencial de recuperação, de melhorias da Transbeto. E também recebemos muitos telefonemas para questionar a situação das rodovias daquela região, de Jaraguá do Sul, Blumenau, Pomerode. Às vezes, a solicitação é apenas no sentido de retirar o mato de perto de onde se trafega para melhorar a visibilidade dos motoristas. Então, as SDRs, que deveriam estar funcionando e serem peças para tornar ágeis os procedimentos, hoje em dia, estão paradas por falta de orçamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. e dizer, quanto à fiação arrancada da Transbeto, que imagino que foi usado um guincho ou um trator para retirá-la há vários anos e desde então a rodovia está sem iluminação. Inclusive, acho que aquilo não daria para ser feito sem a proteção de alguém. De qualquer maneira, como v.exa. coloca, é uma obra importante e precisa de recuperação.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Para encerrar, gostaríamos de dizer que o prefeito Evandro dos Navegantes, do município de Penha, esteve aqui com vereadores e alguns secretários, falando novamente sobre esse problema. O filho do saudoso Beto Carrero, nosso amigo, também está preocupado. E voltaremos novamente a trazer esse pleito, se essa situação continuar.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelo meios de comunicação, quero cumprimentar o presidente estadual do PSDB, senador Paulo Bauer; o presidente nacional, senador Aécio Neves, e todos os peessedebistas de Santa Catarina, que até meados de junho estão articulados, primeiramente nas convenções municipais e depois na estadual.

O Jornal *A Folha de S. Paulo* de hoje traz as principais notícias de ontem e quero destacar um pronunciamento que o senador Aécio Neves fez chamando atenção a um aspecto importante. Não só a presidente Dilma Rousseff que era candidata, apesar de dizer que estava atenta aos atos de corrupção, empurrou-os para baixo do tapete, mas toda a estrutura governamental, inclusive a CGU - Controladoria Geral da União, que imaginamos ser um órgão público responsável por promover a transparência do governo. Quer dizer, a CGU recebeu informação do diretor presidente de uma empresa holandesa, a SBM, que teria repassado mais R\$ 31 milhões em propina. Seria o retorno a estrutura partidária e que, no entanto, a Controladoria Geral da União escondeu essa informação. Agora com o vazamento de uma porção de outros fatos não conseguiram mais esconder essa informação

assegurando que não só a candidata procurava esconder, mas toda a estrutura de governo que ela tinha, justamente para que se mantivesse no governo deixando claramente e usando o estado para se manter no governo. E esse poder se espalha em vários lugares, não só nos partidos, nos municípios e estados, mas ali ao redor do Palácio.

Por exemplo, como vamos acreditar no STF, o Supremo Tribunal Federal, ao olharmos os ministros que hoje o ocupam e que, em suma, vão dar a última palavra em diversas questões. Como, por exemplo, apenas para informação, existem 11 ministros e desses, seis estarão sendo indicados ou foram indicados pela presidente Dilma Rousseff, contando o último, Luiz Edson Fachin; o Roberto Barroso, já havia sido indicado antes; o Teori Zavascki; o Ricardo Lewandowski; o Luiz Fux e a Rosa Weber, esses indicados pela presidente da República. São seis e mais dois pelo presidente, o Dias Toffoli e a Carmen Lúcia. E, agora, para completar os 11 temos Gilmar Mendes, indicado em 2002 pelo saudoso presidente Fernando Henrique Cardoso; o Marco Aurélio, pelo Collor; e Celso de Mello, pelo José Sarney. Ou seja, dos 11 que vão decidir qualquer coisa polêmica, oito foram indicados ou pela presidente Dilma Rousseff ou pelo Lula. E o último, Luiz Edson Fachin, foi cabo eleitoral da presidente Dilma Rousseff em 2010.

(Passa a ler.)

"Escolhido pela presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal o advogado Luiz Edson Fachin. Aparece em um vídeo de 2010 gravado durante o segundo turno da campanha eleitoral pedindo votos para então a candidato do PT à Presidência, Dilma Rousseff."

O vídeo de quatro minutos está no *site You Tube*, do canal Dilma na *web* ligado à campanha. Fachin fala em um auditório lotado de apoiadores de Dilma em local não descrito. Na mesa do evento estão o vice-presidente, Michel Temer; a ex-ministra, Marta Suplicy, na época ministra do PT; o ministro Aloizio Mercadante; José Eduardo Cardozo, etc. Ou seja, usou a estrutura para se eleger e esconder fatos que não poderiam ser escondidos.

Hoje o Brasil dentro dos países em desenvolvimento é o pior de todos. Na América Latina nós perdemos para todos os países. Perdemos até para a Venezuela, Equador, Bolívia, enfim o nosso desenvolvimento está negativo, menos um, talvez zero, mas ainda considerando que o crescimento populacional foi de mais de 2% do ponto de vista relativo, se alguém tem dúvida que o crescimento foi negativo, não existe. Não tem a menor dúvida.

O crescimento foi negativo justamente porque nós tivemos o crescimento populacional, tivemos os jovens que entraram no mercado de trabalho e esperavam um local para trabalhar, estudar, enfim um local para se colocar e não tem, por conta do decréscimo que nós tivemos na nossa economia. E isso tudo, sem dúvida nenhuma, foi decorrente de uma política voltada exclusivamente para se manterem no poder, usando a estrutura do estado, fazendo algumas benesses.

Não estamos criticando aqui o programa Bolsa Família, os programas sociais que são importantes e que foram iniciados pela sra. Ruth Cardoso, esposa do Fernando Henrique Cardoso; não é isso que estragou o país, foi o conjunto de erros nas correções de rumo que deveriam ter tomado durante o governo, não o fez, chegou ao ponto, inclusive cada um de vocês é prova disso, de diminuir a conta da luz. Chegaram ao ponto de dizer que a gasolina iria baixar no posto, na bomba. E, naturalmente, que isso dava aquela impressão de que esta era a presidente, esse é o governo que nós queremos, ou seja, que diminua a conta da luz, etc. Esse conjunto de desmandos é apenas mais um, mas houve através da Caixa Econômica, do BNDES, dos bancos de

fomentos, enfim várias irregularidades foram cometidas por esse governo com o objetivo principal de se manter no poder e que para seduzir e enganar o povo no dia da eleição dizendo que esse era o bom.

E, agora, os fatos estão aí. E o que me preocupa é o fato de eles terem escondidos, mas me preocupa também o fato do governo criar agora, manter uma estrutura que poderá protegê-los, poderá transformá-los em anjos esses todos que praticaram esses atos em prol de manutenção de um partido no poder que, em suma, prejudicando a Nação brasileira.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon. Eu quero dizer que nós, nesta Casa, acreditamos na democracia e na independência dos poderes e que cada um possa agir democraticamente sem influência partidária, por isso acreditamos no Supremo Tribunal Federal.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Cesar Valduga, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar v.exa., os srs. deputados e a população catarinense que nos acompanha.

O que me traz à tribuna é referente ao Projeto de Lei n. 4.330, projeto esse que precariza e rebaixa a condição de trabalho de milhares de brasileiros. Como nós estamos acompanhando, deputado Kennedy Nunes, a Câmara de Deputados está debatendo e prestes a aprovar, no dia de hoje, já que tramita e poderá ser votado o projeto que amplia os casos em que pode ocorrer terceirização no Brasil.

O Projeto de Lei n. 4.330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel, pretende legalizar a contratação de prestadoras de serviços para executarem as atividades-fim em uma empresa.

Como bancário entendo que a regulamentação da terceirização, da forma em que foi proposta, não busca o aumento da produtividade ou da competitividade. Busca, sim, tão somente um aumento nas taxas de lucro através do estrangulamento do trabalho.

A precarização das condições de trabalho e de emprego associada à terceirização é evidenciada em diversas pesquisas, entre elas, um amplo estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Dieese. A pesquisa destaca pelo menos três indicadores relevantes das condições de trabalho que reforçam que a estratégia de otimização dos lucros via terceirização está, fortemente, baseada na precarização do trabalho.

A pesquisa aponta que o trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais por semana e recebe 27% menos que um empregado direto. No setor elétrico, por exemplo, a taxa de mortalidade de um funcionário de uma prestadora é três vezes superior ao de um trabalhador de uma empresa contratante.

A terceirização também significa o aumento da rotatividade, que vem aumentando ano após ano. Hoje, ela está em torno de 57%, mas alcança 76% no setor de serviços. O Projeto de Lei n. 4.330 prevê a chamada "flexibilização global", um incentivo a essa rotatividade e consequente insegurança para os trabalhadores.

Quando analisamos as condições do ambiente de trabalho, o terceirizado lidera o ranking das doenças ocupacionais, dos acidentes de trabalho e até os de óbitos. O estudo do Dieese revela que a cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem entre os terceirizados.

Entre 2010 e 2013, nas dez maiores operações de resgate de trabalhadores em

situação análoga a escravidão, quase 3.000 dos 3.553 casos envolviam terceirizados. Na construção de edifícios, foram 75 falecimentos de terceirizados num total de 135 mortes. A terceirização tresloucada e desenfreada transforma a dignidade humana em responsabilidade de ninguém.

O colonista professor e membro da comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Eduardo Sakamoto, solicitou três especialistas em direito do trabalho, para que explicassem as consequências negativas para os trabalhadores caso o projeto de lei seja aprovado.

Rafael de Araújo Gomes procurador do Trabalho da 15ª Região disse também que a consequência da aprovação de projetos sobre o tema em trâmite no Congresso Nacional é que poderá uma empresa, se assim desejar, terceirizar não apenas parte de suas atividades, mas todas elas, não permanecendo com qualquer empregado. Teríamos então uma empresa em funcionamento, com atividades econômicas, mas sem nenhum funcionário.

Tomemos, para melhor visualização de tal disparate, autorizado pelos projetos, o caso de um banco, empresa com capital social superior a R\$30 bilhões e mais de 70 mil empregados.

Aprovada a terceirização nos moldes pretendidos, nada haverá na legislação que impeça os bancos de se livrar de todos os seus empregados, permanecendo com nenhum, mediante a terceirização de todas as funções. Se tal opção for economicamente vantajosa ao banco, ela poderá ser adotada. Teremos então uma empresa com capital social, faturamento e lucro da ordem de vários bilhões de reais, e nenhum empregado, ou seja, nenhum ônus trabalhista.

Parece o cenário com o qual sonham os banqueiros de todas as épocas em seus devaneios mais loucos, não? Todos os lucros, e nenhuma responsabilidade, pois tal sonho de qualquer capitalista poderá enfim se transformar em realidade, em nome da modernidade, e da competitividade.

Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho em São Paulo ao autorizar, via processo legislativo, a subcontratação da principal atividade de determinada empresa, sem que haja uma contrapartida jurídica de manutenção da garantia do equilíbrio contratual, a exemplo da responsabilização solidária, o legislador está dando um tiro de misericórdia no direito do trabalho.

E dizer que todas as relações irão se dar com base no direito civil/mercantil, privatistas ao extremo. Futuramente não haverá mais empregados. Quem irá contratar uma pessoa que reclama, que fica grávida, que falta ao serviço, que não abaixa a cabeça e atende a todo tipo de ordem, e que, além do mais, custa o dobro e possui direitos péticos, como limite de jornada de trabalho e piso salarial? Irá naturalmente contratar uma quarteirizada e que, em última análise, também irá contratar um microempreendedor individual, por exemplo, sem que isso possa ser considerado fraude, à luz da legislação proposta pelo deputado federal Sandro Mabel.

Então, portanto, sr. presidente, se trata do extermínio total e completo dos riscos da atividade econômica sem que haja um mínimo de divisão dos lucros advindos, via valorização do trabalho. Nossa sociedade terá uma lei que valoriza a liberdade de empresa (princípio da livre iniciativa) ao extremo, sem garantir a proteção que o direito do trabalhador buscou construir, no decorrer dos últimos 90 anos.

No entanto, devemos sempre lembrar que a Constituição é clara, no art. 1º, Inciso IV, ao afirmar que o Brasil constituiu-se em um Estado Democrático de Direito que tem por fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, em iguais proporções.

Este PL n. 4330 subverte esse princípio e desregula a balança em nítido

'desvalor' do trabalho. Caso o PL seja convertido em lei será o caos e seguramente não colaborará nem para garantir segurança jurídica aos empresários e, muito menos, para construir a coesão social tão necessária nos dias de hoje, em que vemos a população sair às ruas clamando por melhores condições de vida.

Por fim, teremos a legislação mais liberal do mundo ocidental, mais ainda que a lei chilena, deputado Kennedy Nunes, e seguramente mais que qualquer ordenamento europeu (todos garantem, pelo menos, que haja solidariedade jurídica entre os elos). Iremos de encontro à Recomendação 198, da Organização Internacional do Trabalho, que sugere um maior nível de proteção com relação ao emprego, e uma valorização crescente do princípio da primazia da realidade como fundamental na determinação da relação de trabalho.

Enfim, sr. presidente, v.exa., como trabalhista que foi, brizolista, o PL legítima todo tipo de fraude a que estamos acostumados a denunciar e a atacar, no curso da atividade inspeciona um verdadeiro retrocesso.

O pior cenário é não haver nenhuma defesa ao direito de negociação coletiva e de representação sindical. Ao permitir o deslocamento de uma atividade estratégica da empresa para qualquer prestador de serviço, você está alterando de modo unilateral a formação dos contratos coletivos de trabalho e, por via indireta, dos contratos individuais.

Outra dimensão dramática é não estabelecer a solidariedade entre prestadores e tomadores. Se eles criam os riscos não podem ter limitação quanto à responsabilidade dos riscos em face de terceiros.

Então, sr. presidente, flexibilizar, precarizar as leis trabalhistas isso não pode acontecer no Brasil, porque quem acaba sendo o mais prejudicado é aquele que produz, é o trabalhador e sem dúvida nenhuma e aqueles que também promovem o emprego.

Meu grande abraço, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Cesar Valduga, o PCdoB não tem aqui só um deputado, mas tem um guerreiro em defesa dos trabalhadores.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados.

Sempre há a oportunidade do contraditório. Eu particularmente defendo a terceirização, respeitando, evidentemente, a posição do deputado Cesar Valduga. E nós precisamos flexibilizar toda a situação, a legislação para permitir que realmente o setor produtivo possa ter condições de poder competir.

Mas é um tema importante que em um determinado momento vamos discutir sobre essa seara.

Sr. presidente, srs. deputados, tive o privilégio de participar de uma ação social feita pelo município de Criciúma através da secretaria de Ação Social, que desenvolveu um trabalho sobre o FIA, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, juntamente com o deputado José Nei Ascari, e v.exa., deputado Luiz Fernando Vampiro, deve ter também passado por lá.

(Passa a ler.)

"O Fundo Municipal da Infância e Adolescência é um Fundo especial, criado para captar recursos por meio de doações, com a finalidade de financiar programas e projetos de ações voltados para a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Os recursos são fiscalizados e gerenciados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para que as pessoas conheçam mais o projeto o governo do município de Criciúma montou uma cartilha que consta os números

das doações dos últimos anos e também as entidades que são beneficiadas com recursos. A ideia é fazer com que todos saibam como é possível contribuir com instituições filantrópicas da cidade. O processo é legal e está em conformidade com a Receita Federal. A doação pode ser deduzida na declaração do Imposto de Renda tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica. A cartilha é pioneira em Santa Catarina e tem a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CMDCA.

Tal conselho tem como competência formular políticas de atendimento defesa e promoção e fiscalização da violação aos direitos das crianças e adolescentes.

Quero aproveitar para parabenizar o responsável pela captação de recursos na prefeitura, que é o servidor Mateus Machado Rossi, pelo trabalho desenvolvido. Parabenizar as empresas que participam com doações e contribuem, e destacar a importância que é para as entidades receber os frutos dessas doações.

Estão no cadastro as instituições, Associação Beneficente Abadeus, Nossa Casa, Bairro da Juventude, Casa dos Sonhos, Associação Cidadania e Ação e a Casa do Guido, que recebeu no último sábado um veículo, uma Ducato para transportar as crianças fruto da captação desses recursos.

Por que doar? As doações ao FIA possibilitam as qualificações da rede de atendimento auxiliam no processo de inclusão de jovens cidadãos que vivem em vulnerabilidade social em situação de rua, e evitam que outras crianças e adolescentes possam fazer da rua seu local de subsistência e moradia.

Sua contribuição além de auxiliar muitas crianças e adolescentes atendidos diariamente pela rede municipal conveniada é um exercício de cidadania ao contribuir com o FIA, você está decidindo que parte do seu imposto fique em Criciúma para o desenvolvimento de programas e projetos dirigidos a nossa infância e juventude. Além disso, as doações podem ser deduzidas do imposto de renda, ou seja, de 3% até 6% pessoa física e 1% para pessoa jurídica."

Deputado Luiz Fernando Vampiro, deputado Kennedy Nunes e o deputado José Nei Ascari acompanharam comigo uma ação promovida pelo município e também pela secretaria de Ação Social, a titular da pasta é Solange Back, e eu quero destacar a importância desse projeto, e o quanto as entidades e a sociedade como um todo está desinformada.

Desinformada, essa é a grande verdade. E eu estava observando uma cartilha muito bem redigida, com uma metodologia e didática de fácil entendimento, e vi, por exemplo, que na região carbonífera dos 12 municípios somente três municípios construíram o fundo, deputado Luiz Fernando Vampiro.

Imagine isso nos 295 municípios do estado, ou seja, a região tem um potencial para arrecadar R\$ 7.122.816,04 milhões ao ano. Agora, imagine isso no decorrer de uma década, duas décadas, o quanto se perdeu, o quanto se deixou de investir, quanta inclusão social não se permitiu a tantas pessoas, a tantas famílias carentes e que carecem e necessitam de um atendimento, de um olhar mais atencioso por parte dos governos.

A região do Amurel R\$ 4,88 milhões e a região da Amesc R\$ 3,29 milhões perfazendo um total de R\$ 14 milhões por ano. Imagine em uma cidade como Florianópolis, São José, Palhoça e Joinville, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que é de lá. E perceber, deputado Leonel Pavan, que preside esta sessão, a sociedade é partícipe, o povo brasileiro é solidário, a partir do momento que visualize uma condição estruturada por alguém que está à frente de uma entidade ou de um programa e que esse se caracterize como idôneo, pessoas do bem.

A sociedade tem satisfação em participar de projetos dessa natureza, e

perceber lá a Casa Guido, por exemplo, uma entidade que estamos acompanhando há muitos anos, como parceiro e assim também como tantos outros deputados, v.exa. deputado Luiz Fernando Vampiro, que também é parceiro dessa entidade. Entidade que possibilita dar um pouquinho mais de conforto às crianças que muitas vezes em último estágio, com os dias contados, ter um pouco mais de dignidade, um transporte mais adequado e mais confortável para que possa inclusive padecer com dignidade. Realmente isso nos enaltece, nos fortalece, e dá a certeza que precisamos sim estar atentos a esses tipos de programas, ajudar a difundir, porque esse é um programa que precisa ser espraído como exemplo para todo estado de Santa Catarina, e talvez para outros estados da federação, porque esse recurso acaba ficando no Tesouro Nacional, por falta de informação, de acesso, de a sociedade poder acessar esse tipo de informação.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputado Valmir Comin, gostaria de parabenizá-lo pela informação importante que traz a todos os catarinenses, e dizer que mais do que uma conscientização essa revista, esse exemplar na verdade registra as ações importantes do FIA, que obviamente são as diretrizes das políticas públicas voltadas ao risco social das crianças e adolescentes.

Mas, o que acho mais importante neste momento, deputado Valmir Comin, na verdade é desmistificar o cidadão, às vezes as pessoas acham que a captação tanto para o Fundo de Cultura e Turismo, tanto para o FIA, as pessoas físicas ou jurídicas não querem fazer captação com medo do leão, ou seja, do imposto de renda, de uma receita, de terem uma fiscalização mais forte nesse sentido. Eu acho muito importante essa sua colocação, mas principalmente no caráter, no viés de desmistificar a captação que é uma coisa legal, que não vai ter qualquer tipo de problema, que qualquer cidadão pode fazer a sua ação social e deduzir do seu imposto de renda. Seu pronunciamento foi muito importante e parabéns pela sua colocação.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu agradeço o seu aparte, vou incorporá-lo ao meu pronunciamento, realmente v.exa. tem razão, as pessoas acham que é um bicho de sete cabeças, e na verdade é simplório, e precisa realmente ter o acesso a essa informação.

O trabalho que a Casa Guido, que a Casa Abadeus, que o Bairro da Juventude faz é dignificante, isso muda o eixo completamente da vida de um ser humano, entre o caminho das drogas e o caminho do bem.

Então, sr. presidente, eu só gostaria de reiterar e parabenizar o prefeito municipal, Márcio Búrigo, do município de Criciúma, o conselho que desenvolveu todo esse projeto através dessa cartilha, e que possa servir de referência, talvez até ser aprimorada. E por que não? Estamos sempre sujeitos a melhorar cada vez mais. Mas, colocar isso de pronto à sociedade, este é um dever e obrigação de nós homens públicos e também como cidadãos, era isto sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar todos os deputados, o deputado Luiz Fernando Vampiro, a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Estou aqui para falar sobre alguns temas, o primeiro eu quero estender convite a todos os parlamentares, que na próxima quarta-feira até sexta-feira, vai acontecer em Chapecó

o 2º Seminário Mercosul Cidadão, e nós vamos tratar sobre os recursos híbridos e a gestão de água, mas também vai ter paralelo a esses temas o encontro de todas as Universidades dos Países do Mercosul, onde vamos tratar entre alguns assuntos o reconhecimento de diplomas entre as Universidades do Mercosul, vamos também ter a palestra do jornalista Ariel Palacios, que faz a cobertura do Canal de Notícias *Globo News* - dos assuntos internacionais, para se ter uma avaliação do momento que passa a Argentina. Vamos ter também a palestra do dr. Rosinha, que é alto representante-geral do Mercosul.

Eu chamo atenção, e o deputado Rodrigo Minotto, que é representante da comissão do Mercosul, e estará presente também, estamos tratando isso com muito carinho, até porque o Mercosul não é só containers, toneladas e valores. Se fala do Mercosul cidadão, deputado Valmir Comin, para se conseguir e facilitar a vida do cidadão, principalmente o fronteiriço.

Então, eu quero mais uma vez estender o convite a todos os parlamentares, e também a quem está nos assistindo para estar presente no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, em Chapecó, evento produzido pela União Parlamentar da UPM, que tenho a grata satisfação de ser vice-presidente e presidente do bloco brasileiro, e também pela prefeitura de Chapecó, com o apoio integral da Assembleia Legislativa e da Escola do Legislativo.

Srs. deputados, na campanha para prefeito do segundo turno, deputado Valmir Comin, que tive a honra de participar e disputar, veio uma enxurrada de denúncias feitas pelo candidato opositor, inclusive feitas através de peças publicitárias para o rádio e televisão. Uma dizia delas dizia que eu havia conseguido R\$ 1 milhão para o Avaí, não sei de onde, até o pessoal do Avaí me ligou dizendo que queria o dinheiro, e tantas outras. E uma delas é que eu recebia diárias para ficar em Joinville. E ontem recebi do Ministério Público estadual um ofício do procurador-geral dizendo que essa denúncia foi arquivada, porque não teve nenhuma irregularidade e nunca aconteceu nada.

Estamos no mês de abril de 2015 e a denúncia aconteceu em setembro de 2012. E precisamos mudar tudo isso. Ainda não consegui ver ninguém, quando se fala em reforma política, falar em mudança nas campanhas eleitorais. É muito fácil denegrir a imagem de alguém, e depois de muito tempo conseguimos recuperar a verdade na justiça; foi o que aconteceu ontem comigo, ou seja, consegui o atestado do Ministério Público de que a denúncia feita pelo então candidato Udo Döler era mentirosa. Mas o prejuízo que ficou, até pessoal, quem vai recuperar? Só agora o Ministério Público disse que eu tinha razão. Mas e agora?

Precisamos incluir esse item na pauta da reforma política. Vimos agora uma campanha de segundo turno feita pela presidente Dilma, vexatória. Ataques e mais ataques em cima do outro candidato. Não havia proposta política somente ataques. E fico imaginando, porque fiz uma campanha no segundo turno só de propostas, não fiz um ataque sequer. Até porque quando deu o resultado do segundo turno, o candidato Udo Döler, que ficou em segundo lugar me propôs fazer uma campanha limpa. E eu apertei a mão dele disse: vamos fazer uma campanha limpa, sim. Ele foi duramente atacado no primeiro turno pelos outros candidatos. E eu pensei que ele tinha palavra! Eu cumpri minha palavra, porque meu pai me ensinou a honrar a minha palavra.

Mas o meu oponente, no primeiro comercial veiculado na TV já foi de ataque. E eu fiquei só nas propostas. Errei, porque parece que quem ataca é quem ganha uma eleição. Está aí a presidente Dilma Rousseff, que fez uma campanha nojenta no segundo turno, no

rádio e na televisão, só de ataques e ganhou. E agora?

Então, quero agradecer as pessoas que sempre acreditaram em mim. Agradeço ao Ministério Público, que faz valer a verdade e fazer um pedido: vamos incluir no tema reforma política alguma coisa que estanque esse tipo de campanha, que pare com esse tipo de ação, que utilize o grande expediente que é tempo de rádio e televisão para mostrar propostas, para explicar como fazer, de onde vem o recurso, como será executado. Esse é o tipo de campanha que precisamos que as pessoas querem assistir! Não a campanha do ataque, da vergonha, do jogo baixo, da rasteira, da mentira, da discórdia. Isso o povo não quer! O povo quer propostas, quer saber como fazer.

Quero lavar minha alma. Estou completando este ano, sr. presidente, 27 anos de vida pública, daqui a três anos completo 30 anos, comecei aos dezito. E nestes 27 anos de trabalho, posso dizer que não tenho uma mancha! Por isso, este é um momento solene, quando posso usar a tribuna do Parlamento Catarinense e dizer que a verdade foi restabelecida, pena que tanto tempo depois. Mas valeu! Sinto-me melhor.

Quero agradecer aos meus filhos Sigian e Rhuam e minha esposa Sigiane, eles sofreram na escola, na rua, naquele tempo. Mas posso dizer a eles que têm um pai e um marido honrado, que nunca vai envergonhar vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, nesta tarde quero me referir a um assunto que diz respeito a 200 mil propriedades agrícolas de Santa Catarina, que é o Cadastro Ambiental Rural.

Depois de todo debate havido sobre o Código Ambiental aqui em Santa Catarina, e foi aprovado em nível nacional, é necessário que cada propriedade tenha seu cadastro para que não seja obrigatório deixar 20% para reserva legal. E essa lei caiu na burocracia do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama e demorou muito. Quando entrou em vigor aqui em Santa Catarina com os órgãos, já era maio de 2014. Até o presente momento apenas 20% dos agricultores conseguiram fazer o cadastro ambiental rural, que é pré-requisito para que a propriedade tenha o laudo ambiental para poder fazer financiamento, qualquer tipo de contrato com os governos federal e estadual.

Srs. deputados, infelizmente para fazer esse cadastro exigem uma série de informações que precisam passar pelas mãos de técnicos das cooperativas, dos sindicatos, da Epagri e os agricultores, na sua grande maioria, não conseguem, efetivamente providenciar toda essa documentação da sua propriedade para que através do CAR - Cadastro Ambiental Rural - seja instituído também no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Siscar.

Isso tem causado um transtorno muito grande, foi dado o prazo de um ano e daqui a vinte e poucos dias, início de maio, esse prazo estará encerrando e apenas 20% das propriedades de Santa Catarina estão cadastradas. Fizemos aqui nesta Casa, um pedido para que o governo federal, o governo estadual e o Ibama prorroguem o prazo por mais um ano para que os nossos agricultores, proprietários rurais possam efetivamente, no devido tempo, ter suas propriedades cadastradas e que não venham, num futuro muito próximo, serem penalizados.

Hoje nenhum agricultor consegue transferir sua propriedade, tirar uma licença ambiental, fazer um financiamento sem que sua propriedade esteja devidamente cadas-

trada. E o prazo se encerra daqui a 20 dias. Repito, é preciso que o governo federal prorrogue em todo o Brasil, e sabemos que em Santa Catarina é um estado que está mais a frente. Mas, mesmo assim temos apenas 20% das propriedades agrícolas cadastradas.

Faço esse apelo aqui em nome da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina - Fetaesc - e da Federação da Agricultura - Faesc - que representam o bojo das propriedades rurais. Não é justo que o agricultor que esteja trabalhando seja penalizado porque o governo demorou a lançar todo o regramento e se organizar para poder criar o sistema nacional de cadastro ambiental rural. E por sua vez, Santa Catarina também através da Fatma demorou muito para ficar habilitada para receber essas informações.

Então, na tarde de hoje, aprovamos um requerimento pedindo para que o governo estadual e o governo federal acelerem todos os trâmites necessários para que os nossos agricultores não venham a ser penalizados por um erro do próprio governo, e a partir daí que definiu o prazo de apenas um ano, com possibilidade de prorrogação por mais um ano para que o proprietário faça o devido cadastro.

Por isso, entretanto, a efetiva elaboração do cadastramento de modo que os proprietários tivessem a sua situação ambiental regularizada e que só pode acontecer a partir de maio de 2014, porque o ministério do Meio Ambiente teve que emitir uma instrução normativa, fazer uma série de acertos com os estados e aí acabou prejudicando os agricultores.

Aqui em Santa Catarina tem 200 mil propriedades rurais, apenas 50 até o momento estão cadastradas. Isso traz uma série de transtornos à vida dos agricultores nos próximos anos. Por isso, quero aqui fazer um apelo para que o governo estadual, o governo federal providencie a prorrogação por mais um ano para que os agricultores possam legalizar as suas propriedades através do cadastro ambiental rural, que repito foi um avanço na legislação permitindo que com as informações o agricultor ele fique habilitado para outras operações com o poder público.

Então, fica aqui o nosso apelo.

Gostaria também de aproveitar o tempo que me resta, já que nós temos um criciumentense presidindo esta sessão e outro assistindo. Criciumentense de coração deputado Luiz Fernando Vampiro, e de carteirinha também, assim como eu, e v.exa. é torcedor do Criciúma, que precisa da nossa torcida e do nosso esforço. Mas, além de torcedor do Criciúma, nós três aqui somos também defensores do hospital São José, que se encontra numa situação bastante difícil, com uma dívida de mais de R\$ 20 milhões pra receber do SUS e que tem hoje o seu corpo de médicos paralisados. O hospital está atendendo na porta de emergência e tratamento de câncer, cardiológicos de alta complexidade para não abandonar essas pessoas.

É um hospital que atende todo o grande sul do estado, um dos maiores hospitais filantrópicos de Santa Catarina e do Brasil. Mas, que em função da defasagem da tabela do SUS se encontra com uma dívida a receber do sistema de mais de R\$ 20 milhões. Já recebe pouco, mesmo assim ainda não recebeu.

Mesmo assim nós precisamos sensibilizar o próprio governo do estado, o ministério da Saúde, a prefeitura de Criciúma para num mutirão evitar que o hospital continue parado. Está causando um transtorno para uma população de quase 700 mil habitantes.

Nesta última segunda-feira, estivemos numa audiência da comissão de Saúde lá no hospital acompanhado de alguns deputados, o deputado Cleiton Salvaro, o deputado Ricardo Guidi, o deputado José Nei Ascari, conversando com a direção do hospital para encontrar uma saída. Precisamos reabrir,

deputado Luiz Fernando Vampiro, as negociações com o governo do estado e também com a direção do hospital para viabilizar. Um hospital que tem uma história de muito mais de 50 anos de atendimento. Um atendimento hoje barato para o governo. Se o governo tirar o hospital São José e colocar um hospital público irá aumentar a despesa em mais de 50%.

Então, queria fazer um apelo aqui para que com a ajuda dessa Casa, tanto o secretário João Paulo Kleinübing, a quem vou conversar com ele amanhã pela manhã, quanto ao governador Raimundo Colombo pudesse receber os deputados do sul e a comissão de Saúde para tratarmos desse assunto, que digo e repito, é fundamental, principalmente as pessoas de baixa renda e que dependem daquele hospital para o atendimento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não! Quero ouvir o deputado Serafim Venzon, que também tem a sua raiz lá no sul do estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado José Milton Scheffer, estava aqui ao lado do microfone, principalmente para ouvi-lo, mas também queria contribuir em parte com o seu pronunciamento, pois nesta questão, que é nacional e estadual existe um agravante, porque os hospitais não funcionam pelo SUS? Além dos problemas da tabela SUS estar defasada desde 1996, como v.exa. falou, ainda foi agravada por um procedimento que o governo federal tomou fazendo com que na hora que paga a conta do hospital, essa conta não é mais paga para os profissionais, como era até 2006, 2007.

Anteriormente a conta do cirurgião passava a parte do cirurgião, do auxiliar, do hospital, enfim, todos que participavam da conta, do atendimento, cada um recebia na sua conta o valor equivalente, mesmo que pequeno. Depois que o governo federal tomou a decisão de pagar a conta tudo junto, a grande maioria dos hospitais recebe o dinheiro, paga aquilo que é indispensável, como a luz, a água, o mercado, a lavanderia, o laboratório, e os médicos ficam sem receber.

Então, não só no hospital São José, mas em todos os hospitais de Santa Catarina, além do problema financeiro do hospital ainda existe um grupo de médicos contra, justamente, porque eles não recebem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, sr. deputado Valmir Comin, além do mais criou-se um programa de incentivo para o hospital que desconta daquilo que ele já recebia. Ou seja, não é incentivo, e mesmo sendo pouco o hospital não recebeu.

Então, hoje, se ocorrer um desmonte do hospital São José, nós de Criciúma, do sul do estado vamos levar mais dez anos para poder construir uma instituição com expertise, com o conhecimento técnico, com os profissionais que o hospital São José tem hoje.

Por isso, é preciso sensibilizar aqui o secretário estadual de saúde, o governo do estado para intervir junto ao governo federal para que o hospital possa dar sequência ao seu trabalho e receber novos investimentos e receber também aquele dinheiro do serviço que ele já prestou, bem como também novos convênios para continuar atendendo com qualidade a nossa população do sul do estado.

Quero contar com o apoio de todos os srs. parlamentares nessa luta. Registro aqui a presença do deputado Cleiton Salvaro, que esteve conosco na última segunda-feira, junto a direção do hospital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda no horário de Explicação Pessoal, como o último orador é o deputado Luiz Fernando Vampiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de

cumprimenta-lo e cumprimentando v.exa., cumprimento os demais deputados aqui participantes, com exceção do deputado Kennedy Nunes, que é do norte de Santa Catarina, mas 50% da bancada do sul está aqui. Cumprimentar também o público que nos acompanha e os servidores, eu queria aqui relatar alguns assuntos importantes que são de ordem obviamente nossa, do sul de Santa Catarina.

Primeiro, gostaria de falar de uma situação muito importante da solução dada efetivamente aos avanços que tivemos nos quesitos mobilidade urbana no sul de Santa Catarina.

Na segunda-feira, dia 27 de abril, começa o mais esperado, o mais lendário voo de Santa Catarina que é o voo do aeroporto Humberto Bortoluzzi, da cidade de Jaguaruna, concebido há três anos, que até então não tinha qualquer tipo de operação regular naquele equipamento aeroviário. Então, a partir de segunda-feira, do dia 27, terá efetivamente a sua estreia no cenário comercial tendo dois voos, um às 13h, indo à capital paulista, no aeroporto de Congonhas, e outro retornando às 15h, de Congonhas para o aeroporto de Jaguaruna.

Isso será muito importante e significativo para os 48 municípios do sul de Santa Catarina, para os quase 900 mil habitantes. Principalmente, quero relatar, sr. presidente deputado Valmir Comin, que teve um lançamento da empresa TAM e comercial, na semana passada, na cidade de Criciúma e já vendemos mais de 3.500 passagens. Isso mostra efetivamente a carência da região para o aeroporto de Congonhas.

Nós temos também e garantimos mais uma situação relativa a manutenção da Infraero por mais um ano para os estudos que fizemos nessa região para que continuamos também com o voo da Azul para Campinas, aeroporto Viracopos, muito importante para a ramificação dos voos da empresa Azul para todo o país.

Então, será muito importante para o sul de Santa Catarina a manutenção desses dois equipamentos intermodais aeroviários.

Quero também reforçar o que sempre falo desta tribuna, ou seja, o sul de Santa Catarina não tem o direito de perder mais nada e, sim, de adquirir. E a partir deste momento, com a junção dos esforços do governador Raimundo Colombo, do ministro da Aviação Eliseu Padilha, dos deputados, aqui faço um relato muito forte à antiga bancada que aqui esteve, mas a atual da bancada legislativa do sul de Santa Catarina, dos oito deputados que estão em conjunto lutando por uma bandeira muito importante e significativa para a região.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu não poderia deixar de falar sobre isso, deputado Luiz Fernando Vampiro, parabenizar pelo seu pronunciamento, e dizer que é de extrema importância esse aeroporto que passa a ser o sexagésimo sétimo aeroporto do Brasil. Vemos o tamanho de um país continental e temos só 66, agora com o aeroporto de Jaguaruna, a cidade de minha mãe, será o aeroporto de n. 67. Como v.exa. disse: muita gente preferiria ir a Porto Alegre embarcar no Salgado Filho para não pegar o estresse da Via Expressa, da ponte, entrar na Ilha e ir até o aeroporto de Florianópolis.

Então, agora com essa potencialidade que temos em Jaguaruna vai ajudar e muito e passar a ser, até porque pela localidade, bem melhor em relação à neblina, vento e tudo mais, porque aqui há problema do vento no inverno, principalmente no aeroporto de Florianópolis. E em Jaguaruna vai passar a ser um aeroporto para descida de muita gente que não conseguia descer em Florianópolis por questões climáticas que acaba descendo lá e fica perto.

Então, parabéns por esta questão estratégica de colocar na cidade de Jaguaruna esse aeroporto.

Obrigado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, que é um deputado por toda Santa Catarina, mas tem uma atuação muito forte, familiar no sul de Santa Catarina. É um deputado muito atuante que nos auxilia e nos ajuda nesse sentido.

Gostaria de falar a respeito da agenda que fiz ontem com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, com o então presidente da Casan, Valter José Gallina, com os deputados José Milton Scheffer e José Nei Ascari, no sul de Santa Catarina, onde estivemos fazendo algumas ações importantes.

Eu sempre digo que água é fundamental para a nossa subsistência, sobrevivência. E ontem nós levamos ao município de Ermo, uma região que não existia qualquer tipo de água encanada em seus 39 anos de emancipação político-administrativa.

Inauguramos uma ETA, Estação de Tratamento de Água, na cidade de Turvo, e essa cidade possibilitou que fizesse uma rede de mais nove quilômetros para o município de Ermo. Inauguramos ontem tanto a ETA de Turvo, água canalizada, cristalina no município de Ermo. Também fizemos uma ação no município, que é a terra natal do deputado Valmir Comin, que preside esta sessão.

O deputado Valmir Comin sabe que a barragem do Rio São Bento foi fundamental e necessária para que a água potável chegasse a milhares e milhares de consumidores no extremo sul e no sul de Santa Catarina. É uma ação muito importante, só que uma comunidade ao lado da barragem do Rio São Bento, a comunidade de Rio Jordão, não tinha água encanada. Pasmem! Mas parece um caso surreal: do lado de uma barragem, não tinha água encanada!

Ontem também numa ação da Casan, com o prefeito Hélio César, o alemão, de Siderópolis, fizemos a inauguração da água encanada chegando até o município de Rio Jordão.

Gostaria de fazer o esclarecimento e agradecer ao governador João Raimundo Colombo, ao presidente da Casan, Valter José Gallina, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, ao deputado José Nei Ascari, ao deputado José Milton Scheffer, junto com este que fala representando, obviamente os outros cinco deputados cumprindo agenda, como a do Hospital São José, tão importante quanto.

Vou aproveitar os três minutos que me restam para falar um pouco da serra também, porque no final do mês passado, deputado Kennedy Nunes e deputado Cleiton Salvaro, estive na comunidade de São Joaquim participando da Il Vindima, que é a festa da colheita da uva que movimentou todo o planalto serrano.

Além de São Joaquim, vinícolas de Urubici, Lages, Videira, Campo Belo, Treze

Tílias, Água Doce. Também participamos do evento que, segundo os organizadores, atraiu mais de 10 mil turistas. Com mais de 20 atrações artísticas e culturais, como o *ballet Bolshoi*. Enfim, foram quatro dias de festa e de alegria, mas principalmente destacando a região como um importante centro produtor de uvas e vinhos finos de altitude no país.

Somente em 2014, mais 1,5 milhão de toneladas de uvas de altitude foram colhidas. Na safra desde ano, em razão do bom tempo, houve um incremento de 25% na produção das uvas *cabernet sauvignon*, *merlot*, *chardonnay* e *sauvignon Blanc*.

Vale informar que o nosso estado tem se destacando em vinhos de altíssima qualidade. É importante dizer dos empreendedores que lá fazem daquela região uma transformação artística cultural dos investimentos que o governador Raimundo Colombo vem fazendo em mobilidade urbana, principalmente nos acessos, mas também convênio com o prefeito Humberto Brighenti para revitalizar a tão sonhada São Joaquim ser um exemplo de Gramado.

Tive a oportunidade de visitar várias vinícolas, mas uma me chamou a atenção que foi a Carol, na Vinícola Monte Agudo. Nós, além de degustarmos bons vinhos, almoçamos lá, o prato de entrada foi *carpaccio* de frescal da serra, do Frigans, do Toti e do Lauro Zandonai, o prato principal foi um carreteiro com pinhão e a sobremesa uma torta de maçã.

Isso mostra que estão agregando valor à cultura e à culinária local com vinhos, mas também estão levando tudo da casa, da região, obviamente fazendo com que a receita e a renda girem em torno do município, e há um crescimento muito significativo nesse sentido.

Por isso, gostaria de parabenizar todo o planalto serrano por essa festa e dizer da importância significativa, não só agora São Joaquim como a capital nacional da produção de maçã, safra essa que também começou a ser colhida nesta semana, mas como uma grande capital mundial dos vinhos de altitude com qualidade, com quantidade, e isso é muito importante para a nossa região, levando uma melhor qualidade de vida para o povo serrano.

Então, dizer parabéns àqueles que estão imbuídos na melhoria da qualidade de vida de São Joaquim, da água para o nosso extremo sul de Santa Catarina e o nosso aeroporto. E dizer que estamos aqui com uma pauta efetivamente positiva nessa linha. Obviamente, temos outras questões a serem discutidas, como o Hospital São José, onde o deputado Cleiton Salvaro, o deputado Ricardo Guidi, assim como outros deputados estiveram lá e estão irmanados conosco na solução.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comum) - Obrigado, deputado Luiz Fernando Vampiro, pelas suas palavras.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 032-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições

INCLUI o Deputado José Milton Scheffer como membro da Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura, com o objetivo de promover ações relacionadas ao desenvolvimento da suinocultura no Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 2 de junho de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AS DROGAS, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE, QUARTA-FEIRA ÀS TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA UM DE REUNIÕES DAS COMISSÕES.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se os Senhores Deputados: Ismael dos Santos, Narcizo Parisotto, Ana Paula Lima, Natalino Lázare, Fernando Coruja, Dalmo Claro de Oliveira e Doutor Vicente Caropreso, participou ainda, o senhor Deucy Norberto Batista, como representante do Programa Reviver, para realizar a primeira Reunião Ordinária da Comissão acima citada. O Senhor Deputado Ismael dos Santos, na qualidade de Presidente da Comissão, cumprimentou a todos os presentes, e deu as boas vindas aos deputados integrantes da comissão, e iniciou a reunião fazendo a leitura da Ata de instalação da Comissão, que foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, em seguida fez uma breve apresentação do Programa REVIVER, para que os Deputados membros da Comissão tivessem um melhor conhecimento. Expôs que o Programa teve seu início a partir de um projeto que decorreu de audiências públicas realizadas pelo Fórum de Combate às Drogas em todas as regiões do estado que constatou a existência de uma estrutura no terceiro setor com uma centena de entidades habilitadas para atender os dependentes químicos. O Reviver prevê o investimento de aproximadamente doze milhões de reais ao ano. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e a FAPESC, (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) que conta com a colaboração da FAPEU (Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária) que monitora a qualidade do atendimento através de programas de Doutorado, Mestrado e Pesquisa. Serão cento e vinte bolsas totalizando quatrocentos e vinte mil reais. No Estado existem mais de cento e vinte e cinco mil dependentes químicos, e o problema ultrapassa as questões de saúde, tendo implicações diretas na percepção dos problemas da segurança pública, e que entre os diferenciais do programa está a disseminação do atendimento por todas as regiões do estado. Cada entidade poderá obter recursos para custeio de até dez vagas. São mil vagas entre adultos e menores de 18 anos. O Programa REVIVER em atenção a dependentes químicos, foi assinado pelo Governador com a presença das entidades do terceiro setor, SST, FAPESC, UDESC, UFSC, em evento organizado pela Comissão de Prevenção e Combate às Drogas e governo do Estado, no dia vinte e sete de agosto de dois mil e quatorze, às dez horas, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O mesmo salientou ainda que este programa representa um importante instrumento de reabilitação de dependentes químicos, e que o cidadão catarinense saiba que há uma porta de entrada gratuita, financiada pelo governo do Estado, para que possamos ao menos minimizar o problema com as drogas em Santa Catarina. Nossas principais metas para dois mil e quinze são: Fortalecer o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e também ampliar o atendimento do Programa Reviver. Dando sequência o Senhor Deputado Narcizo Parisotto, na qualidade de Vice-Presidente, pediu a palavra para expor sobre o custo do tratamento de um dependente químico que fica muito mais barato do que manter uma pessoa no sistema carcerário, e que a recuperação de um dependente deve ser acompanhada também após a sua recuperação, para que o dependente recuperado se sinta seguro e valorizado ao retornar para a sociedade. Destacou ainda sobre a necessidade de viabilizar mais recursos para serem aplicados na área de prevenção e combate às drogas, lamentando profundamente, que os governos invistam tão pouco na

prevenção e recuperação de cidadãos drogados. Complementou ainda, sobre a composição da referida Comissão, com três médicos, uma enfermeira e dois pastores e que diante disso, a comissão está no caminho certo para realizar um bom trabalho. Prosseguindo, o Senhor Deputado Dalmo Claro pediu a palavra para expor sobre os elevados índices de violência urbana, em especial os homicídios, segundo o deputado, 90% dos assassinatos têm relação com o tráfico de drogas, citou Joinville, como exemplo, que nos primeiros trinta dias do ano, quinze pessoas foram assassinadas, e essa triste realidade precisa ser minimizada, e expôs ainda que no Estado de Santa Catarina existem 40 mil cidadãos viciados em crack e que necessitam de tratamento e acompanhamento. Em seguida o Senhor Deputado sugeriu a realização de seminários envolvendo as Secretarias da Saúde, Assistência Social, Segurança pública e Cidadania e Justiça, para saber quanto o governo gasta com a prevenção e combate às drogas. Dando Sequência o Senhor Deputado Fernando Coruja, pediu a palavra e solicitou que seja entregue a pauta das reuniões da referida comissão, com no mínimo de vinte e quatro horas de antecedência e que seja divulgado no site da ALESC, e comentou sobre o problema com drogas, falou que é um problema grave e que existe em todas as localidades do nosso Estado, e que toda pessoa envolvida e presa com drogas, obrigatoriamente, passa por um médico legista, e como tal, constatou que aproximadamente noventa por cento das pessoas presas, são através do envolvimento com as drogas, falou também sobre o mal que o dependente químico traz aos seus familiares e que muitas vezes, esses familiares são idosos e não sabem lidar com a situação. Falou também sobre a possibilidade de se buscar dados referentes aos resultados alcançados com o programa e a situação do dependente recuperado após dois a três anos ao seu tratamento, e sobre o programa REVIVER passar para os cuidados da Secretaria de Saúde, o Senhor Deputado se mostrou contrário, pois está sendo desenvolvido um excelente trabalho na Secretaria de Assistência Social. Prosseguindo, o Senhor Deputado propôs a realização de um debate para se discutir os resultados já alcançados da liberação do uso da maconha no Uruguai, e a possibilidade da liberação do uso da maconha no Brasil para fins terapêuticos, sugeriu ainda, a criação de um pedido de informação da comissão, solicitando quanto cada secretaria envolvida gasta com problemas relacionados com as drogas, e posteriormente a realização de seminários, observando-se que Senhor Deputado Dalmo Claro, já havia sugerido a realização de seminários, e a sugestão foi aceita por todos os membros presentes. Dando seguimento a reunião, o Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso falou como integrante da comissão de defesa dos direitos da criança e do adolescente, da preocupação com as crianças, filhos de drogados e alcoólatras, falou ainda sobre o mal causado por apenas um traficante na sociedade, de quantas famílias são destruídas e citou o caso do brasileiro morto no México como exemplo. Falou ainda sobre os efeitos e a reação química em um dependente químico, que a droga entra nos neurônios e destrói parte deles, e como médico salientou que em pessoas de menos idade, os danos são bem maiores, e que somente um especialista poderia avaliar tais efeitos, e concluiu salientando sobre a importância de se enfrentar esse grave problema que a cada dia está devastando as famílias. Prosseguindo, a Senhora Deputada Ana Paula Lima, comentou sobre o crescimento do número de suicídios em virtude das drogas e citou o município de Balneário Camboriú como destaque no estado, falou também sobre a participação da família no tratamento do dependente nas comunidades terapêuticas. E em seguida, a Senhora Deputada questionou sobre os prováveis dias de reunião da comissão, para que os membros possam organizar suas agendas, e sugeriu para quando houver reunião da comissão, seja realizada nas segundas e quartas semana de cada mês, e a sugestão da Senhora Deputada foi discutida e acordada por todos os membros presentes. Em seguida o Senhor Deucy Norberto Batista, como representante do Programa Reviver, em resposta ao questionamento da Senhora Deputada, argumentou que as comunidades terapêuticas tem

como costume, aproximar as famílias do dependente químico durante o tratamento do indivíduo, para que haja um melhor acompanhamento após sua recuperação. E por fim, nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Ismael dos Santos, encerrou a presente reunião, a qual, eu Alexandre Luís Soares, Chefe de Secretaria da Comissão, digitei a presente ATA, que após lida e aprovada em reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, e posteriormente publicada.

Deputado Ismael dos Santos
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte de maio de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Darci de Matos**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Rodrigo Minotto e Patrício Destro. O Deputado Marcos Vieira justificou sua ausência através de ofício e o Deputado Kennedy Nunes foi substituído pelo Deputado Gabriel Ribeiro. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 7ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarmos as matérias em pauta: o **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0041.0/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios disporem em local único, específico e com destaque os produtos destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos, com intolerância à lactose e vegetarianos, seu parecer foi favorável ao Diligenciamento à Associação Catarinense de Supermercados ACATS e à Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo FECOMERCIO, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** apresentou seu voto vista ao PLC/0017.5/2014, manifestando-se favoravelmente ao parecer do relator. O **Deputado Dirceu Dresch** devolveu seu voto vista ao PLC/0017.5/2014, manifestando-se favoravelmente ao parecer do relator. O **Deputado Antônio Aguiar** devolveu seu voto vista ao PLC/0017.5/2014, manifestando-se favoravelmente ao parecer do relator. O **Deputado Darci de Matos** colocou em votação seu parecer favorável ao PLC/0017.5/2014, que altera a Lei Complementar nº 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências, sendo aprovado por unanimidade. O **Deputado Gean Loureiro** relatou o PLC/0011.0/2015, que transforma varas e cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual criados pela Lei Complementar nº 516, de 2010, seu parecer foi favorável ao Diligenciamento ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o OF./0616.1/2011, que encaminha o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º bimestre de 2011 e o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2011, do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao ofício, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gabriel Ribeiro**, em substituição ao Deputado Kennedy Nunes, apresentou o relatório ao PL./0059.9/2015, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joaçaba (Escola Municipal Rotary Fritz Lucht), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PLC/0010.9/2015, que altera a Resolução nº 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Alesc, e a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para o fim de reorganizar a estrutura administrativa, no âmbito da Diretoria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Eventos, e dispôs sobre a Comissão Legal de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi retirado de votação, devendo ser apresentado nas próximas reuniões. O **Deputado Gabriel Ribeiro**, em substituição ao Deputado Kennedy Nunes, apresentou o relatório ao PL./0265.2/2008, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.330, de 2008, que institui o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Darci de Matos, Dirceu Dresch e Gean Loureiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte de maio de dois mil e quinze.

Deputado Darci de Matos

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATO

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação ao Extrato nº 059/2015, publicado dia 28/05/2015 no Diário da Assembleia nº 6.830, página 16, **onde se lê** " Valor Mensal R\$ 2.234.801,75 **para** R\$ 2.240.581,74 ", **leia-se:** " Valor Mensal R\$ 2.234.801,75 **para** R\$ 2.240.582,46".

Florianópolis, 2 de junho de 2015.

Diretor Administrativo - Fabricio José Satiro de Oliveira
Diretor-Geral - Carlos Alberto de Lima Souza

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1671, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

AUTORIZAR a servidora **ANDREA CRISTIANE FIALEK**, matrícula nº 7734, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, com fundamento no art. 17, da Portaria nº 1015, de 26 de março de 2015, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para pagamento antecipado de combustíveis, no mês de Junho do corrente ano, à conta da Ação 1144 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, na dotação 33.90.30.96 - Material de Consumo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1672, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015.

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de junho do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1673, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MARTA BRANCHER PALHANO, matrícula nº 5020, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Junho de 2015 (Liderança do PSDB - Porto Belo).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1674, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CALINA WOJCIECHOWSKI**, matrícula nº 2456, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1675, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CALINA WOJCIECHOWSKI, matrícula nº 2456, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Junho de 2015 (DL - CC - Comissão de Saúde).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1676, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ERLEDIO PEDRO PERING**, matrícula nº 4654, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (DL - CC - Comissão de Saúde).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1677, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR ERLEDIO PEDRO PERING, matrícula nº 4654, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1678, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JEAN EVANDRO LARA, matrícula nº 4969, de PL/GAB-47 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1679, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor WILSON SILVA CORONEL, matrícula nº 7530, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1680, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELVIS CAMPAGNOLLO**, matrícula nº 7330, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1681, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ANA PAULA DE SOUZA, matrícula nº 5553, de PL/GAB-73 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1682, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor EDSON ROBERTO JUNKES, matrícula nº 3852, de PL/GAB-74 para o PL/GAB-73, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1683, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ELIZEO CEZAR PINZETTA, matrícula nº 7022, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1684, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ELMAR WAHLBRINK, matrícula nº 7420, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1685, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA, matrícula nº 7423, de PL/GAB-66 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1686, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GILSON FRANCISCO PIROVANO, matrícula nº 7715, de PL/GAB-25 para o PL/GAB-24, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1687, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ISABEL BAMPI DE SOUZA, matrícula nº 3142, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1688, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JONES LUIS TOMAZI, matrícula nº 6960, de PL/GAB-66 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1689, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JULIO CESAR GERHARD, matrícula nº 7648, de PL/GAB-68 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1690, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LEANDRO DURIGON, matrícula nº 7581, de PL/GAB-51 para o PL/GAB-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1691, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LIDO JOSE BORSUK, matrícula nº 4913, de PL/GAB-41 para o PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1692, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor OSMAR GONÇALVES FRANÇA, matrícula nº 6288, de PL/GAB-60 para o PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1693, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SIDINEI MESNEROVICZ, matrícula nº 7326, de PL/GAB-66 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1694, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDIR SMAEL CARVALHO, matrícula nº 7542, de PL/GAB-63 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1695, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONÇALVES**, matrícula nº 7207, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ADELIA FERRARI CARDOSO, que se encontra em licença para tratamento de saúde por noventa dias, a contar de 03 de maio de 2015 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1696, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Ofício nº 101/2015/GDPPB,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **JUCI MARA SANTOS TOMAIS**, matrícula nº 4690, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 24 de maio de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1697, de 2 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

CONSIDERAR LOTADO GUILBERTO CHAPLIN SAVEDRA, matrícula nº 3316, servidor da Secretaria de Estado da Fazenda à disposição da ALESC, no Gab Dep Marcos Vieira, a contar de 1º de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0197.7/2015

Proíbe a inserção em placas informativas, tíquetes, bilhetes ou cupons, em estacionamentos públicos e privados, da expressão "não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo" e adota outras providências.

Art. 1º Fica proibida, no Estado de Santa Catarina, a inserção em placas informativas, tíquetes, bilhetes ou cupons, em estacionamentos, pagos ou gratuitos, do comércio em geral e de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços, da expressão "não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo" ou similar.

Art. 2º Entende-se por "comércio em geral" toda atividade comercial cujo estabelecimento contar com estacionamento próprio destinado aos clientes, ainda que terceirizado, oferecido de forma gratuita ou não.

Parágrafo único. Enquadram-se nesta Lei as empresas especializadas na prestação de serviço de estacionamento, mesmo quando o prestem, em regime de terceirização, a instituições filantrópicas ou a entidades sem fins lucrativos.

Art. 3º O estabelecimento que descumprir as disposições desta Lei será previamente advertido, mediante notificação do PROCON ou do órgão oficial equivalente integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

§ 1º Não atendida a recomendação contida na notificação e persistindo na infração, o estabelecimento estará sujeito a multa no valor equivalente a 1000 (mil) Unidades Fiscais de Referência do município em que estiver sediado, a ser aplicada pelo PROCON, e a interdição, em caso de reincidência.

Parágrafo único. Incumbirá ao PROCON disponibilizar, no seu site oficial, na Internet, o valor da Unidade Fiscal de Referência do respectivo de cada município do Estado.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias e dela dará ampla divulgação nos meios oficiais de divulgação.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor noventa (90) dias após a publicação.

Sala das Sessões,

Gean Loureiro
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/15

JUSTIFICATIVA

fato corriqueiro encontrar-se, na entrada e no interior dos estacionamentos destinados a veículos automotores, inscrita em placas de fácil visibilidade ou impressa nos tíquetes, cupons ou recibos, a expressão "não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo" ou similar. Trata-se, na verdade, de uma

advertência juridicamente inócua, que traduz uma tentativa abusiva dos proprietários de se eximirem de responsabilidade expressamente prevista no Código de Defesa do Consumidor - CDC, além de induzir diversos proprietários à ingressarem com demandas judiciais desnecessárias com vistas à abranger seus direitos legalmente constituídos.

Com efeito, diz o aludido Código:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

Essa responsabilidade estabelecida pelo CDC estende-se aos estacionamentos gratuitos, oferecidos como cortesia por estabelecimentos comerciais (supermercados, lojas, etc.), assim como aos prestadores de serviços de manobristas, oferecidos em eventos, shows, bares e casas noturnas, conhecidos como *valetservice*.

A respeito do assunto, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou conclusivamente através da Súmula 130:

"A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento."

Portanto, diante da orientação clara e expressa da CDC e do Superior Tribunal de Justiça, nada justifique que, no Estado de Santa Catarina, os consumidores continuem sendo ameaçados por esse tipo de advertência ilegal e abusiva - prática que, por isso mesmo, e por refletir censurável atraso em relação aos padrões civilizatórios mais avançados, deve merecer firme e severa repressão de todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Não custa acrescentar que a defesa do consumidor foi erigida a Direito Fundamental, nos termos precisos termos do art. 5º, inciso XXXII, da Constituição

Federal, que preconiza expressamente: **"o Estado promoverá a defesa do consumidor"**. E também é um dos Princípios que regem a Ordem Econômica, consoante previsão expressa do art. 170, inciso V, também da Constituição Federal.

Face ao exposto, esperamos ter realçado a relevância da matéria objeto da desta Proposição, assim como demonstrado sua constitucionalidade, razão pela qual esperamos o apoio e sua aprovação pelos nobres pares desta Casa Legislativa.

Gean Loureiro
Deputado Estadual
*** X X X ***

PROJETO DE LEI PL./0198.8/2015

Estabelece condições gerais para isenção do ICMS de microgeração e minigeração de energia elétrica, cedidas e distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Estabelece condições gerais para isenção do ICMS de microgeração e minigeração de energia elétrica, cedidas e distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei e obtenção da isenção, ficam adotadas as seguintes definições:

I - microgeração distribuída, com central geradora de energia elétrica com potência instalada menor ou igual a 100 kW e que utiliza fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras;

II - minigeração distribuída, com central geradora de energia elétrica, com potência instalada superior a 100 kW e menor ou igual a 1 MW para fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras;

Art. 3º Fica isento de ICMS toda energia ativa injetada por unidade consumidora com microgeração distribuída ou minigeração distribuída e cedida, por meio de empréstimo gratuito à distribuidora local e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa dessa mesma unidade consumidora ou de outra unidade consumidora de mesma titularidade da unidade consumidora onde os créditos foram gerados, desde que possua o mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Parágrafo Único. Para os efeitos do caput do artigo anterior, deverão ser obedecidas às normas contidas na Resolução Normativa da ANEEL nº 482, de 17 de abril de 2012.

Art. 4º Ficam isentos de ICMS equipamentos ou componentes utilizados diretamente para a produção de energia elétrica na microgeração e, para a minigeração, a isenção de ICMS será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 5º Caso seja apurado irregularidades com cobranças indevidas de ICMS nos termos desta Lei, os créditos de energia ativa gerados no período pelo consumidor com direito a compensação, aplicar-se-á multa de 100% (cem por cento) às distribuidoras sobre o valor a ser compensado naquele período.

Art. 6º A não obediência, por ação ou omissão, ao disposto nesta Lei, apurada em processo regular, constitui falta de exação no cumprimento do dever.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/15

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O presente projeto de lei pretende estabelecer condições gerais para isenção do ICMS de microgeração e minigeração de energia elétrica, cedidas e distribuídas aos sistemas de distribuição, bem como para equipamentos ou componentes utilizados diretamente para sua produção no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A isenção do ICMS de microgeração e minigeração de energia elétrica é um mecanismo de incentivo adotado pela ANEEL em razão da sua baixa complexidade para implementação pelas distribuidoras e por não ser oneroso para os demais consumidores, além de poder viabilizar a geração distribuída nas unidades consumidoras residenciais e comerciais.

A microgeração e minigeração de energia elétrica já está consolidada em alguns países europeus há mais de 20 anos, assumindo, a cada dia, um novo papel no setor elétrico, passando de uma atividade centralizada e de exclusividade de grandes e médios grupos empresariais para uma atividade cada vez mais democrática em que até indivíduos podem assumir o papel de um microgerador de energia elétrica.

Após a implementação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA) e outros mecanismos de incentivo às eólicas, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e biomassa, um importante passo foi dado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no sentido de estimular a geração de energia no Brasil pela fonte solar. A ANEEL aprovou no dia 17 de abril de 2012 a Resolução Normativa nº 482, que inserem medidas no sentido de reduzir barreiras econômicas e burocráticas para o desenvolvimento dessa fonte de energia, já bastante utilizada em diversos países e ainda incipiente no Brasil.

O sistema de microgeração e minigeração distribuída, aqui tratado serão denominados como centrais geradoras de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 100 kW para o primeiro, e, superior a 100 kW e menor ou igual a 1 MW para o segundo. Este projeto trata das fontes de energia renovável, classificadas como hidráulica, solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Para garantir a competitividade da cadeia produtiva brasileira e incentivar o uso desta tecnologia o governo federal autorizou os Estados a trabalharem com a isenção de ICMS, isentou o IPI da importação de equipamentos, que irá desafogar o sistema de geração de energia elétrica do país, que se encontra saturado e em colapso.

O projeto também prevê a isenção de ICMS para os equipamentos e componentes utilizados diretamente para a produção de energia. Atualmente a maioria dos componentes e equipamentos ainda são importados de outros países, como da China, o que dificulta e se torna oneroso para que empresas e pessoas físicas tenham acesso a esse tipo de tecnologia.

Com isto esperamos desenvolver o setor industrial de energias renováveis, de pequena escala, gerando empregos e renda, que possam contribuir para o desenvolvimento de indicadores ambientais e sustentáveis, colocando nosso Estado na vanguarda da adoção de novas tecnologias e que o Brasil possa cumprir com as metas internacionais de combate as mudanças climáticas.

Assim, conto com o apoio dos demais pares na aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em,

Deputado Dirceu Dresch

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0199.9/2015

Declara de utilidade pública a Associação Aquática do Vale do Itapocu - AAVI, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Aquática do Vale do Itapocu - AAVI, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/15

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados no apoio, estudo, desenvolvimento e na resolução de problemas associados a acidentes em meios aquáticos utilizados para finalidades esportiva, de lazer e de trabalho.

Atua na pesquisa de materiais e tecnologias, no reforço do atendimento às normas de segurança, na melhoria da regulamentação do uso de ambientes aquáticos, promove cursos, palestras e publicações na área e fornece guardiões de piscinas certificados pelo CBMSC - Corpo de Bombeiros Militares do Estado.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de Janeiro de 2010.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0200.7/2015

Revoga a Lei nº 15.687, de 2011, que declara de utilidade pública a Associação Álvaro José de Oliveira, de Florianópolis.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 15.687, de 15 de dezembro de 2011, que declara de utilidade pública a Associação Álvaro José de Oliveira, de Florianópolis.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o anteprojeto de lei, que objetiva revogar plenamente a Lei nº 15.687, de 15 de dezembro de 2011, que declara de utilidade pública a Associação Álvaro José de Oliveira, de Florianópolis, devido à extinção de suas atividades, conforme comunicação da entidade em documento datado de primeiro de agosto de 2014, demonstrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária anexada às fls. 3 e 4 dos autos.

Sendo assim, impõe-se a esta Casa de Leis a revogação da Lei em comento.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0201.8/2015

Dispõe sobre a redução no valor das taxas de renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída para o condutor de veículo automotor que não tenha incorrido em infração de trânsito a redução do valor das taxas de renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, nos seguintes percentuais não cumulativos:

I - 10% (dez por cento), no caso de não ter cometido infração de trânsito nos doze meses anteriores à data de vencimento da validade da CNH;

II - 15% (quinze por cento), no caso de não ter cometido infração de trânsito nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de vencimento da validade da CNH.

§ 1º O benefício previsto no *caput* se aplica exclusivamente aos serviços do DETRAN relacionados à renovação da CNH.

§ 2º Os percentuais referidos nos incisos anteriores não serão cumulativos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se infrações de trânsito as condutas elencadas na Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Art. 3º Para a concessão dos benefícios de que trata o *caput* do art. 1º, será considerada como data da infração a da inserção do registro nos sistemas de informação do Estado.

Parágrafo único. A interposição de recurso administrativo ou judicial até o julgamento do recurso ou trânsito em julgado de sentença não implica a exclusão da infração, resguardando-se o direito ao benefício de que trata o art. 1º, atualizado monetariamente, se a infração for considerada inexistente pela decisão do recurso ou mesmo por revisão de ofício do registro referido no *caput*.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/15

JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, convém observar que a Constituição da República Federativa do Brasil traz como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito (art. 23, XII), bem como assegurar ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre orçamento (art. 24, II).

No mesmo sentido, dispõe o artigo 39, inciso II da Constituição Estadual que cabe à Assembleia Legislativa legislar sobre orçamento anual.

Cabe, ainda, ressaltar que a presente proposição não se encontra elencada no rol do artigo 50, § 2º, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as matérias de competência privativa do Governador de Estado.

No mais, destaca-se que a **função de legislar é típica deste Poder**, não sendo possível admitir o esvaziamento da atividade legislativa quando da interpretação, de forma ampliada, da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

Diante disso, percebe-se que a proposição em tela não cria ou redesenha qualquer órgão da Administração Pública, não cria deveres diversos daqueles já estabelecidos, bem como não implica em despesas extraordinárias.

O presente projeto de lei visa instituir desconto nas taxas de renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) aos condutores que não cometerem infração de trânsito em período anterior à renovação. Serão beneficiados os habilitados que trafegam com prudência e colaboram para um trânsito consciente, responsável e sem violência.

O trânsito caracteriza-se pela relação homem-necessidade de circulação, num contexto determinado. Transitar é uma necessidade. Portanto, todos nós somos usuários do trânsito, independentemente do papel que estejamos desempenhando.

Neste sentido, o presente projeto tem como objetivo beneficiar os usuários de trânsito que cumprem as regras que lhes são impostas, facilitando e contribuindo diariamente para o bem comum da sociedade.

A proposição é também um grande incentivo para todos os motoristas dirigirem com mais segurança e atenção. A exoneração financeira do condutor prudente é um incentivo para que todos dirijam com mais cautela. Assim, a proposição visa premiar o "bom motorista" e estimular o não cometimento de infrações de trânsito e a obediência irrestrita às normas de circulação.

Não se pode olvidar que o incentivo dado aos motoristas para o efetivo cumprimento das normas de trânsito, de igual forma, redundará em efetiva redução do número de acidentes e, em consequência, dos custos médico-hospitalares, com o tratamento de milhares de vítimas de acidentes de trânsito, ou seja, é plausível concluir que o **desconto dado será compensado com maior redução nos gastos com a saúde pública**.

Estas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

*** X X X ***